

Revista

Federação do Sector Financeiro

FEBASE

Ano I
N.º 2
1,50 €
13.Abril.2010

Director: Delmiro Carreira



Directores Adjuntos: Carlos Marques; Carlos Silva; Pereira Gomes; Viriato Baptista



**Todos por um
ou cada um por si?**

Défice ou crescimento: quem manda?



Ficha Técnica

Propriedade:
Federação do Sector Financeiro
NIF 508618029

Correio electrónico:
revista.febase@gmail.com

Director:
Delmiro Carreira – SBSI

Directores Adjuntos:
Carlos Marques – STAS
Carlos Silva – SBC
Pereira Gomes – SBN
Viriato Baptista – SBSI

Conselho editorial:
Cristina Damião – SBSI
Firmino Marques – SBN
Luís Ardérius – SBC
Patrícia Caixinha – STAS

Editor:
Rui Santos

Redacção e Produção:
Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 113
Fax: 213 216 180

Revisão:
António Costa

Grafismo:
Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:
Xis e Érre, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 80.000 exemplares
Periodicidade: Mensal
Depósito legal: 307762/10
Registado na ERC: 125 852

sumário

CONTRATAÇÃO | Seguros
A Associação Portuguesa de Seguradores e o embuste negocial **4**

Banca | **CONTRATAÇÃO**
Febase e IC aproximam posições **5**

SINDICAL | Actualidade
Comissão de Acompanhamento dos Fundos de Pensões
analisa relatório do Banco Credibom **6**

Discriminação sindical no BES **8**

UGT | Notícias
Congresso da Confederação dos Trabalhadores da Grécia **10**



Todos juntos vamos comemorar o 1.º de Maio **11**

Questões | **JURÍDICAS**
Sanção de despedimento e direito ao subsídio de desemprego **12**



Programa de Estabilidade e Crescimento | **DOSSIER**
PEC, o mal-amado **14**



17
| **STAS Actividade Seguradora**



21
| **Bancários Sul e Ilhas**



24
| **Bancários Norte**



29
| **Bancários Centro**



Texto: **PEREIRA GOMES**

PECOxo

O Presidente da República não podia ter sido mais claro quando afirmou que o Programa de Estabilidade e Crescimento é um documento fundamental para a credibilidade do País no exterior.

Não é espaço, aqui e agora, para tecer considerandos profundos sobre o PEC, que será levado à Comissão Europeia em Bruxelas e que será observado à lupa pelas agências de rating. Mas talvez seja oportuno sobre ele nos debruçarmos, enquanto organizações que constituímos pilares fundamentais do movimento sindical português.

Afigura-se-nos, em primeiro lugar, que o desenrolar da implementação das medidas ali preconizadas só poderá aspirar a ter alguma eficácia se forem primeiramente caldeadas em sede de concertação social, privilegiando o diálogo com todos os actores que constituem parceiros activos da economia – designadamente organizações sindicais e associações patronais. Com efeito, por ali perpassará a quase totalidade dos temas mais sensíveis e de maior complexidade, de que a contratação colectiva não será, seguramente, a de menor relevância.

Clivagens ainda mais aguçadas

Depois, é natural que os sindicatos tenham, desde logo, manifestado a mais viva das preocupações por constatarem que os actuais níveis de pobreza e que as desigualdades entre os mais favorecidos e os mais desfavorecidos poderão ser objecto de clivagens ainda mais aguçadas, se se verificar que a anunciada redução das despesas da área social acabará por ter repercussões que só muito dificilmente poderão ser atenuadas ou minimizadas.

Por outro lado, torna-se difícil de entender e de aceitar que os detentores do capital e as empresas – naturalmen-

te mais protegidos – acabem por ficar mais ao abrigo das medidas que objectivam os custos do ajustamento e da contenção do défice orçamental, que, assim, ficam desigualmente distribuídos, uma vez que se repercutem de forma mais implacável sobre os trabalhadores no activo, os desempregados e os pensionistas, pondo desta forma em causa a solidariedade social por que se bate todo o movimento sindical.

Falta a componente do aumento das receitas

Não parece, pois, que dúvidas subsistam sobre a circunstância de o PEC encontrar a sua sustentabilidade na contenção das despesas – quer seja a nível das despesas sociais, quer seja a nível das despesas com o pessoal, quer seja, ainda, com as despesas no que toca ao investimento. Por isso, é um PEC coxo. Porque lhe falta a componente do aumento das receitas, uma vez que o documento não apela a um crescimento económico sustentável nem à redistribuição da carga fiscal, de forma a torná-la mais justa e equitativa.

É coxo, sim senhor. É verdade que dedica grande preocupação à estabilidade orçamental, à consolidação das contas públicas e ao combate ao défice – que no ano de 2009 se situou nos 9,4% do PIB –, o que não deixa de ser positivo e meritório. Mas é curto. Falta-lhe a outra "perna", quiçá a mais importante: a de um decidido combate à terrível chaga social do desemprego, às políticas sustentáveis de emprego, a um crescimento económico que conduza Portugal a uma velocidade superior à da média europeia, a fim de recuperar da posição em que se encontra. Compete ao movimento sindical lutar por essa "prótese"... ■

A Associação Portuguesa de Seguradores e o embuste negocial

TEXTO: CARLOS MARQUES

Os trabalhadores de seguros que diariamente contribuem com o seu esforço para a produtividade de um sector fundamental da economia mereciam muito mais

Muito mais que uma Direcção da APS, que age à revelia dos tempos e do respeito que todos os trabalhadores de seguros merecem.

Muito mais que uma Direcção da APS, que simulou estar interessada em negociar uma tabela salarial para 2010, quando desde o primeiro minuto já sabia que nada ia negociar.

Muito mais que uma Direcção da APS, que incapaz de perceber a necessidade da transparência do Governo da Empre-

sa, perante accionistas, trabalhadores e público em geral, critica os que defendem propostas e legislação que conduza ao conhecimento de a quanto montam as remunerações dos órgãos sociais dessas mesmas empresas.

Muito mais que uma Direcção da APS, que preferia que ninguém, nem mesmo a entidade de supervisão, pudesse comentar os lucros do sector segurador, que já agora e no que se relaciona a 2009, ultrapassam os 240 milhões de euros.

Muito mais que uma Direcção da APS que deixa transparecer para a comunicação social e inicialmente para a mesa das negociações, que os prejuízos para as Seguradoras com os temporais na Madeira ascendem a mais de 133 milhões de euros, invocando-os como um dos motivos para os aumentos zero, não cuidando de dizer aos primeiros

que somente uma pequena parcela, certamente em torno dos 30%, será efectivamente assumido pelas seguradoras que actuam no mercado nacional, já que o restante será assumido integralmente pelas resseguradoras internacionais.

Muito mais que uma Direcção da APS que defende a legitimidade de remunerar os accionistas em pelo menos 6% perante os resultados de 2009, mas acha ilegítimo que os trabalhadores sejam igualmente remunerados pela produtividade existente neste sector de actividade.

Por tudo isto, os trabalhadores de seguros mereciam muito mais. E vão tê-lo através do STAS, numa luta que só terminará quando for restabelecida a normalidade negocial e ressarcidos os prejuízos que estão a ter.

Saudações sindicais e solidárias. ■



Encontro de estruturas sindicais da CGD

O primeiro encontro nacional de estruturas sindicais da Febase no Grupo CGD realiza-se nos dias 17 e 18 deste mês, em Peniche

Trata-se de um encontro a todos os níveis inédito e que marca o início de um novo ciclo na dinâmica sindical: pela primeira vez, um encontro de estrutu-

ras sindicais de um grupo financeiro – neste caso o da CGD – é realizado a nível nacional e no âmbito da Febase.

Mas não só. Esta será também a primeira vez que uma reunião de estruturas sindicais reúne trabalhadores do sector bancário e do sector segurador.

Assim, e sob o tema "A situação laboral no Grupo CGD", vai ser possível discutir e reflectir sobre uma série de questões que se colocam aos tra-

balhadores do universo CGD, da sindicalização às condições de trabalho, da negociação colectiva ao ritmo de trabalho e horários, sem esquecer a eventual privatização da área de Seguros que tem sido noticiada no âmbito do PEC.

O Encontro realiza-se no fim-de-semana de 17 e 18 deste mês, numa unidade hoteleira de Atouguia da Baileia, em Peniche. ■

Revisão do ACT

Febase e IC aproximam posições

TEXTO: INÉS F. NETO

A Febase e o Grupo Negociador das Instituições de Crédito (IC) expressaram a vontade de se aproximarem de um valor consensual, sem no entanto terem ainda avançado novos valores percentuais

Decorreu no dia 30 de Março mais uma ronda negocial entre a Federação do Sector Financeiro (Febase) e o Grupo Negociador das Instituições de Crédito (IC) subscritoras do ACT do sector bancário, com vista à revisão da tabela salarial para 2010 e cláusulas de expressão pecuniária.

Partindo dos valores percentuais em cima da mesa desde a sessão de dia 26 – 1,5% por parte da Febase e 0,7% das IC –, a reunião decorreu em torno da

possibilidade de ambas as partes alterarem a sua posição, de forma a ser encontrado um consenso.

A Febase reafirmou a sua disponibilidade para alterar o valor constante da sua proposta, desde que as IC aumentem substancialmente a percentagem do aumento salarial da sua contraproposta.

Em resposta, o Grupo Negociador das IC afirmou a sua vontade em evoluir na sua posição. No entanto, não foi possí-

vel acordar novos valores – e isto porque no final da reunião algumas decimas separavam ainda as propostas das duas partes.

O Grupo Negociador das IC, que não tinha mandato para avançar mais, comprometeu-se a desenvolver contactos com as IC, com vista a aproximar-se de um valor que mereça o consenso de ambas as partes.

Assim, e devido ao interregno motivado pela época pascal, nova reunião ficou agendada para esta tarde, 13 de Abril.

Entretanto, o grupo negociador da Febase solicitou ao Secretário-geral da Federação uma reunião do seu Secretariado, para análise da actual situação. ■

Sindicatos contra decisão do BCP na distribuição de lucros

TEXTO: INÉS F. NETO

Os três Sindicatos dos Bancários da Febase manifestaram já o seu desacordo face à decisão da Administração do BCP de não proceder ao pagamento de remuneração variável aos trabalhadores.

Em comunicado, os Sindicatos criticam também o Banco que, escudando-se no ROE obtido em 2009, decidiu não atribuir a contribuição para o Plano Complementar do Fundo de Pensões.

"Será que o Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português, quando tomou esta decisão, teve em consideração o desempenho e o elevado profissionalismo demonstrado por todos os trabalhadores do Banco?", interrogam.

Já ontem, os Sindicatos voltaram a protestar, desta vez junto dos accionistas do Banco, tendo distribuído um novo comunicado à entrada da reunião anual, que decorreu no Porto.

Recuando ao aparecimento do BCP no mercado nacional em 1986, os Sindicatos lembram que, no início, o Banco "procurou e recrutou os seus trabalhadores junto das restantes Instituições de Crédito existentes, aliciando os mesmos com vencimentos superiores aos praticados na altura, atingindo em alguns casos mais de 60%".

Do mesmo modo, criou "um Plano Complementar de Reformas, que acresce ao

que vigora nos restantes Bancos, financiado exclusivamente pelo Banco" e instituiu a prática, até agora em vigor, de atribuir anualmente aos seus trabalhadores uma remuneração extra, resultante da participação nos lucros.

"Foi esta política salarial que levou muitos trabalhadores a "fechar os olhos" ao repetido desrespeito pelas Leis do Trabalho, nomeadamente em matéria de cumprimento dos horários de trabalho e consequente pagamento das horas suplementares", lê-se no comunicado ontem entregue aos accionistas.

Por isso, "a recente informação distribuída a todos os colaboradores do Millennium BCP pelo Conselho de Administração Executivo do Banco, de que face ao ROE obtido nos resultados de 2009, não se verificam as condições necessárias para neste ano haver lugar à distribuição da contribuição para o Plano Complementar do Fundo de Pensões, ainda que respeitando o disposto no Acordo Colectivo de Trabalho, bem como a não atribuição de qualquer participação nos lucros, defrauda profundamente as expectativas de todos os que deram o seu melhor para a rentabilidade do Banco".

Os Sindicatos lembram ainda o peso dessa componente da remuneração no rendimento anual disponível e alertam: "A

manter-se essa decisão estaremos perante cortes salariais anuais superiores aos aplicados pelo Governo da Irlanda."

Uma decisão que menos ainda se compreende quando é o próprio Conselho de Administração Executivo a admitir, na sua comunicação: "Neste ambiente adverso e desafiante, só com o esforço, dedicação e competência de todos foi possível melhorar os níveis de solidez no Banco, atingindo em 2009 os rácios de capital mais elevados dos últimos 15 anos, assegurar o controlo da evolução do gap comercial e das necessidades de liquidez, melhorar o relacionamento com os clientes, que permitiu alcançar o nível de satisfação mais alto dos últimos 5 anos, e capturar uma redução ímpar de custos operativos."

No comunicado, os Sindicatos lembram ainda aos accionistas que "o resultado líquido do Banco em 2009 cifrou-se em 225 milhões de euros, o que representa um crescimento de 11,9% em relação a 2008, sendo os trabalhadores um factor essencial para a obtenção destes resultados".

A decisão tomada pela Administração deverá "ser ponderada pelos responsáveis do Banco e, também, cuidadosamente analisada pelos accionistas aqui reunidos", conclui o comunicado. ■

Plano de Pensões

Comissão de Acompanhamento analisa relatório do Banco Credibom

O Plano de Pensões do Banco Credibom apresenta níveis de financiamento de 101,48%, cumprindo assim o rácio mínimo exigido pelo Banco de Portugal

Texto: Inês F. Neto



A Comissão de Acompanhamento do Plano de Pensões do Banco Credibom reuniu-se a 24 de Março, tendo por objectivo a análise do Relatório Actuarial de 2009 elaborado pelo actuário responsável, da consultora Watson Wyatt (Portugal), referente às adesões colectivas ao Fundo Aberto Multireforma, do BES (Credibom-Adesão 29 e Credibom-Adesão 30).

Da Comissão fazem parte e estiveram presentes, em representação dos Sindicatos da Febase, Delmiro Carreira e Mário Mourão, respectivamente presidentes das Direcções do SBSI e do SBN, que se fizeram acompanhar por Carmen Oliveira, do Centro de Investigação sobre Economia Financeira (CIEF) do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG/Universidade Técnica de Lisboa).

"Embora não tenha sido efectuada nenhuma contribuição pelo Associado durante 2009, o nível de financiamento é de 101,48%, estando assim cumprido o rácio mínimo de financiamento, de acordo com o Aviso 4/2005 do BdP", conclui a análise dos consultores contratados, pertencentes ao CIEF.

O documento especifica que "os custos com os benefícios relativos a cuidados médicos pós-reforma e pagamento

do subsídio por morte, foram igualmente avaliados no relatório e encontram-se financiados pelo Fundo de Pensões".

No entanto, salientam os consultores, "não existe no Relatório qualquer análise de adequação de activos e passivos (Asset Liability Management) por parte do actuário".

Benefícios garantidos

O Plano de Pensões tem como único associado o Banco Credibom.

"Para todos os trabalhadores a tempo completo ou parcial que façam parte do quadro do Banco Credibom existe um plano de pensões de benefício definido financiado por duas adesões colectivas ao fundo de pensões aberto Espírito Santo Multireforma, gerido pela ESAF-Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S.A., que se distinguem pela elegibilidade e coberturas", salienta o parecer.

Assim, a Adesão Colectiva n.º 29 abrange todos os trabalhadores que façam parte do quadro e garante os benefícios previstos no ACTV, "acrescido de um montante em caso de reforma por velhice, relativo a complementos remunerativos".

Já a Adesão Colectiva n.º 30 apenas abrange os trabalhadores que faziam parte do quadro a 31 de Dezembro de 2005 – ou seja, exclui os trabalhadores oriundos da Creditar, Instituição Financeira de Crédito, S.A. – e garante o benefício de velhice previsto no ACTV, associado a complementos remunerativos.

Recorde-se que os benefícios garantidos pelo Plano de Pensões do Credibom são as reformas por invalidez presumível, por invalidez e por sobrevivência, além do subsídio por morte e dos encargos com os SAMS.

Responsabilidade do Fundo

De acordo com o Relatório e tendo por base os dados da população, a responsabilidade é maioritariamente constituída por activos (421) relativamente a um número pequeno de pensionistas (9). Refira-se que os activos são elegíveis pela Adesão n.º 29 e, de entre eles,

225 são também elegíveis pela Adesão n.º 30.

De salientar ainda que, entretanto, saíram da empresa 46 participantes, entraram 25 novos trabalhadores e registou-se mais um pensionista.

Os 25 trabalhadores admitidos em 2009 encontram-se abrangidos pela cláusula 156.ª-B do ACT do sector bancário, que estabelece um plano complementar de reforma de contribuição definida. Assim, estes trabalhadores não estão integrados nos Fundos de Pensões analisados.

Refira-se que os pressupostos utilizados para avaliar as responsabilidades do Fundo foram os recomendados pelas entidades reguladoras, bem como pelas normas internacionais de contabilidades existentes para este fim (IAS 19). Ou seja, foi utilizado o método Unit Credit Projected, método igualmente utilizado para calcular a taxa de contribuição normal para o ano seguinte.

Níveis de financiamento

Sendo o valor do Fundo de Pensões alocado a estas adesões colectivas de 25.238 milhares de euros, verifica-se que o nível de financiamento será de 101,48% face ao montante de 24.871 milhares de euros de responsabilidades com serviços passados. "Verifica-se assim cumprido o mínimo de financiamento, de acordo com o Aviso 4/2005 do BdP", lê-se na análise do CIEF para os Sindicatos da Febase.

De acordo com informação constante do Relatório do actuário responsável, "as responsabilidades com os cuidados médicos pós-emprego e com o subsídio de morte foram avaliadas em 1.776 milhares de euros".

Por sua vez, "a alteração da taxa de desconto permitiu uma diminuição no valor das Responsabilidades com serviços passados no montante de 2.903 milhares de euros, embora tenha existido um acréscimo de 1.776 milhares de euros por inclusão dos encargos com os SAMS e cuidados de saúde com os pensionistas".

Assim, "o valor do Fundo teve um ganho financeiro de 1.562 milhares de euros", conclui a análise.

Contribuições estimadas

Em 2009 não existiram contribuições por parte do Associado, enquanto as dos participantes totalizaram 304 milhares de euros.

No que diz respeito à contribuição estimada para este ano ela é de 2.040 milhares de euros.

Quanto à composição da carteira de títulos, apresenta 68,9% da sua composição em obrigações, tendo existido um ligeiro aumento relativamente a 2008 e um aumento em investimentos alternativos. Os consultores dos Sindicatos consideram que, "tendo em conta a idade média dos activos de 36,1 anos, a composição da carteira de investimentos pode ser considerada ajustada ao risco do Fundo (o peso das acções é de apenas 17,1%)".

Os consultores dos Sindicatos salientam que, os montantes investidos cumpram os limites estabelecidos no contrato de gestão.

Retorno de activos

O valor indicado como retorno dos activos financeiros, de 1.562 milhares de euros, "implica uma taxa de rendimento positiva em 2009". Assim, a rentabilidade de 2009 foi de cerca de 12%.

Já a taxa de desconto utilizada na avaliação das responsabilidades com o Plano de Pensões passou de 5,14% em 2008 para 5,57% em 2009, a qual, segundo indicação do actuário responsável, "corresponde às recomendações da IAS 19".

Assim, os consultores do CIEF são de parecer que "a política geral de investimentos garante uma adequada relação entre activos financeiros de cobertura e responsabilidades actuariais do Fundo de Pensões, embora seja aconselhável o acompanhamento das responsabilidades face aos activos afectos, uma vez que através do Relatório do actuário responsável nada podemos concluir sobre a projecção do rácio de solvência para os próximos anos e também porque, de acordo com o mesmo Relatório, também se prevê alterações na política de investimentos". ■

Pensionistas

Unidade: euros

	N.º	Idade média	Pensão média anual	Total Pensões Anuais
Velhice	4	63	25.846	103.383
Invalidez	2	48,5	14.359	28.719
Viuvez	1	50	22.214	22.214
Total	9	46	18.382	176.530

Activos

Unidade: euros

	N.º	Idade média	Antiguidade média	Salário médio anual	Massa Salarial Anual
Idades < 65 anos	421	36,1	9,1	23.969	10.090.809
Idades >= 65 anos	-	-	-	-	-
Total	421	36,1	9,1	23.969	10.090.809

Responsabilidades do Fundo

Unidade: milhares de euros

	Responsabilidades	%
Activos	21.530	86,6
Pensionistas	3.341	13,4
Total	24.871	100,0

Composição da carteira de títulos

Títulos	2007	2008	2009
Obrigações	63,2%	65,9%	68,9%
Imobiliário	6,1%	6,2%	5,1%
Investimentos alternativos	10,50%	1,80%	6,62%
Acções	12,3%	12,6%	17,1%
Liquidez	7,90%	13,50%	2,32%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Investimentos alternativos e Imobiliário

Descrição	Montante	% da Carteira
Imobiliário	3.810.841	43,33%
Investimentos alternativos	4.983.366	56,67%
Commodities	1.895.206	21,55%
Private Equity	1.244.258	14,15%
Outros	1.843.902	20,97%
Total	8.794.207	100,00%

Denúncia

Discriminação sindical no BES

Texto: Inês F. Nero

Face ao conhecimento de casos concretos no Banco Espírito Santo (BES) de discriminação em benefício de outra estrutura sindical, a Direcção do SBSI denunciou a situação a Ricardo Salgado

Não foi uma nem duas vezes que chegou ao conhecimento da Direcção do SBSI a denúncia de um comportamento de discriminação sindical por parte dos serviços administrativos da Direcção de Recursos Humanos do BES.

Ou seja, no momento de admissão no Banco, trabalhadores houve que foram confrontados pelos serviços com documentação para inscrição numa determinada estrutura sindical – o Sindicato dos Quadros e Técnicos –, sendo assim inibidos de uma escolha livre e consciente.

Estas situações configuram uma prática atentatória da liberdade sindical e de

discriminação de uma organização sindical em benefício de outra.

Porque não pode pactuar com este tipo de actuação por parte de um serviço que tem o dever de ser absolutamente isento nesta matéria, a Direcção do SBSI decidiu protestar junto do Presidente do Conselho de Administração do BES, Ricardo Salgado, solicitando a sua intervenção e a reposição da legalidade com o regresso dos serviços visados a uma atitude adequada.

Embora o protesto tenha sido apresentado pelo SBSI, a Febase sabe que no BES

esta prática está disseminada a todo o universo da Instituição, afectando de igual modo os outros Sindicatos membros da Federação.

Em resposta à queixa sindical, o Departamento de Recursos Humanos negou qualquer envolvimento menos correcto na opção sindical dos novos trabalhadores, justificando o comportamento dos serviços sob sua alçada com a mera informação em "matérias remuneratórias, Sindicatos e Sistemas de Saúde".

A "Revista Febase" publica, na íntegra, as cartas de ambas as partes. ■

... e o BES justificou

Em resposta à missiva do SBSI, o Departamento de Recursos Humanos do BES enviou uma carta em que nega a intenção de beneficiar qualquer estrutura sindical:

Exmos. Senhores,

O Banco Espírito Santo, ao longo da sua história, tem-se pautado por uma conduta de total imparcialidade e isenção em todos os processos em que intervém. Esta mesma conduta é, obviamente seguida, nos processos de recrutamento e selecção, bem como, na tramitação processual decorrente do processo de admissão.

Os procedimentos seguidos em qualquer processo de admissão, passam, pelo esclarecimento dos futuros colaboradores em matérias remuneratórias, Sindicatos e Sistemas de Saúde, sendo sempre da exclusiva responsabilidade do colaborador a escolha do sistema que melhor servir os seus interesses.

Creia sr. Presidente, que nada nos move para beneficiar qualquer estrutura representativa de trabalhadores, pelo que, continuaremos a conduzir todos os nossos processos no mais profundo respeito pela legislação em vigor. ■

Almoços de confraternização

BCA de Angola

A comissão do ex-BCA de Angola está a organizar o seu 54.º almoço anual de convívio que, este ano, terá lugar num restaurante de Paião, nos arredores da Figueira da Foz, em 15 de Maio.

O custo do almoço é de 25€ e as inscrições podem ser feitas junto de Amândio Caldeira (912 595 868), Borges Lopes (960 002 057), Carlos Almeida "Chilocas" (968 168 079) e Carlos Gonçalves (937 618 571). ■

Banco Totta Standard de Angola

Os trabalhadores do extinto Banco Totta Standard de Angola reúnem-se em 5 de Junho, num convívio a realizar no restaurante "Manjar do Marquês", em Pombal.

A concentração será às 11 horas, no local do convívio, e as inscrições devem ser feitas, até 28 de Maio, junto de António e Armada Falcão (969 093 565 e 919 722 964), Celeste Nunes (963 360 447), Ernes-

tina Aparício (962 549 053), Germano Fernandes (933 453 215) e Mário Santos (963 023 154).

Os organizadores pretendem reunir o maior número de colegas que trabalharam naquela Instituição, pelo que pedem aos interessados que "passem a palavra" aos que ainda desconhecem a realização destes convívios. ■

Encontro de bancários de Angola em Faro

O colega Armando Baptista, antigo chefe de contabilidade da Direcção Financeira do Banco Totta Standard de Angola, sugere que os bancários – tanto no activo como os já reformados – que tenham trabalhado em Angola, se reúnam num "saudosos encontro", no dia 10 de Junho, em Faro.

Os aderentes a esta iniciativa podem contactar o referido colega, pelo telefone 289 707 069. ■

O SBSI protestou...

Sob a designação "Angariação de sócios para Sindicato pelos serviços do próprio Banco", o SBSI enviou uma carta ao Presidente do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, na qual se insurge com o comportamento dos serviços da Direcção de Recursos Humanos.

É este o teor da carta, assinada pelo Presidente da Direcção do SBSI, Delmiro Carreira:

Exmº. Senhor,

Tomámos conhecimento de que os serviços administrativos da Direcção de Recursos Humanos do Banco Espírito Santo, do qual V. Ex.ª é mui digno Presidente, têm vindo a proceder à angariação de sócios para um Sindicato, no caso o Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários, mediante a apresentação para preenchimento e posterior adequado tratamento da respectiva documentação de inscrição aos trabalhadores recém admitidos no âmbito dos actos da formalização do respectivo contrato de trabalho.

Dado que tal prática é, no mínimo, ostensivamente atentatória do direito à liberdade sindical na sua expressão mais elementar – o direito do trabalhador, sem discriminação, se inscrever em sindicato da sua escolha, realizada de forma totalmente livre e incondicionada (cfr. art.º 55.º da Constituição da República e art.º 444.º do Código do Trabalho) – vimos, por este meio, solicitar a V. Ex.ª se digne ordenar a imediata cessação da mesma.

Certos da compreensão e colaboração de V. Ex.ª para a solução desta melindrosa questão, aproveitamos o ensejo para lhe apresentar os nossos cumprimentos.

CONCURSO FOTO STAS/SBSI 2010



MARÇO – FOTOGRAFIAS APURADAS

TEMA LIVRE – STAS

UM OLHAR SOBRE A CIDADE
João SalesDANÇA DO FOGO
Tiago MatosSAUDADES DO VERÃO
João Sales

TEMA LIVRE – SBSI

APARIÇÕES
Rui MartinsO VÔO DA GARÇA
José GarciaÀ VARANDA
Jorge Conceição

COISAS E GENTES DA MINHA TERRA – STAS

CÉU DE LISBOA
João SalesLISBOA À NOITE
João SalesALEGRIA
Tiago Matos

COISAS E GENTES DA MINHA TERRA - SBSI

NÃO ME FAÇAM RIR
Mário DuarteREGATAS DE BOTES BALEEIROS
José GarciaALINHADOS
Jorge Ferreira da Silva

VER MAIS EM <http://foto-stas-sbsi.blogspot.com>

Crise causada pelo capital dominou Congresso da Confederação dos **Trabalhadores da Grécia**

O 34.º Congresso da Confederação Sindical Grega (GSEE), sob o lema "As pessoas e as suas necessidades acima dos mercados" teve lugar em Salónica, de 17 a 21 de Março, com a presença da UGT, ali representada pelo Vice-Presidente Carlos Silva, integrado numa vasta delegação internacional, com mais de cem convidados de todos os continentes

Texto: **Luis Ardérius**

Dois momentos marcantes foram as intervenções do Primeiro-Ministro Giororgios Andreas Papan-dreu e o Secretário-Geral da Confederação Sindical Internacional (CSI) Guy Ryder.

Papandreou aproveitou para se referir ao pacote de medidas que o Governo adoptou, como argumentos para combater a grave crise da economia grega, face ao cumprimento do Pacto de Estabilidade europeu de 3%, imposto aos países da zona euro. As suas consequências sociais tiveram como efeito uma forte contestação popular, nas ruas das principais cidades do país, visível na forma como alguns congressistas acolheram a intervenção do líder do governo do país.

Quando a Guy Ryder, a sua intervenção norteou-se pela divulgação de uma mensagem de apoio aos trabalhadores e sindicatos gregos, destacando-se a forte crítica expressa quanto à actualização dos grandes interesses financeiros, à escala mundial, e à condenação dos prémios recebidos por gestores de topo em todo o Mundo, insensíveis aos esforços que a maior parte da população trabalhadora é obrigada a fazer, para controlar as despesas do Estado. Face à relevância da mesma, transcrevemos algumas das suas passagens:

"Nos últimos dois anos, os trabalhadores foram as primeiras vítimas de uma crise global, para a qual não tiveram qualquer responsabilidade. Até à data, 34 milhões de empregos foram destruídos. 11 triliões de dólares dos seus impostos foram aplicados para salvar Instituições financeiras, cuja responsabilidade é evidente para todos. Foram destruídos lares, pensões de reforma colocadas em perigo, serviços públicos extintos. Uma crise causada pelo capital e para a qual se pretende que os trabalhadores paguem.

Ditadura financeira

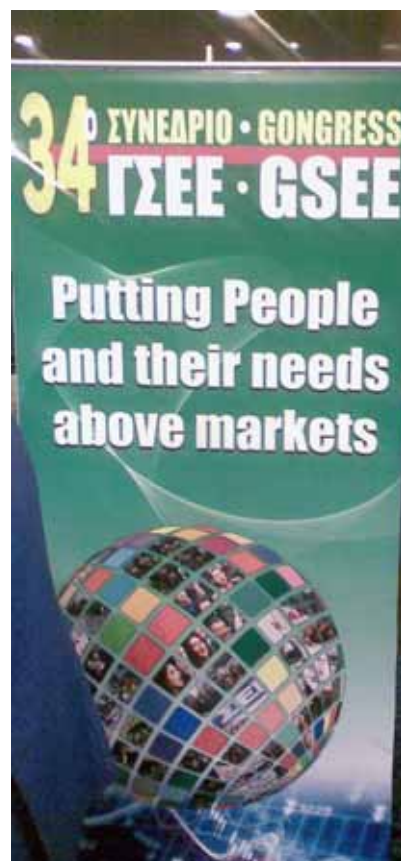
O que não conseguimos compreender, e que nunca poderá ser aceite, é que o poder de decisão e o processo democrático sejam confiscados pela Goldman Sachs e seus aliados, nas artes obscuras da especulação financeira. Os seus métodos não são politicamente correctos. É uma ditadura financeira. E como os ditadores do passado, a Grécia opor-se-lhes-á, agora e no futuro.

A mudança do actual modelo neoliberal exige muito dos sindicatos e dos seus aliados progressistas. Porque não podemos dar-nos por satisfeitos, só por nos opormos e condenarmos. Precisamos também de apresentar propostas e indicar alternativas. Para sermos absolutamente honestos, não fizemos o suficiente nos últimos anos. E se é verdade que esta crise trouxe muito sofrimento humano, também é verdade que nos traz uma oportunidade, que é a de poder fazer mudanças fundamentais no processo de globalização.

A CSI, desde o início da crise e com os seus filiados, assumiu para si alguns desafios: junto do G-20 conseguimos o reconhecimento, por parte dos Governos, que esta crise é, acima de tudo, uma crise geral de emprego; que os Governos devem manter políticas de estímulo, até que a retoma seja um facto notório.

"Temos de estar no centro da discussão"

O nosso papel é de estarmos no centro da discussão onde as decisões são tomadas, os argumentos são expendidos e os acordos são concluídos. Temos de estar no centro desses processos, que podem mudar as vidas das pessoas. É o que a CSI vai fazer no seu 2.º Congresso mundial, a decorrer em Junho no Canadá.



"As pessoas querem mudança"

O tema do nosso Congresso é "Agora as pessoas". O nosso objectivo – passar da crise para a Justiça Global.

Há ideias que são tão reais para os nossos companheiros da Grécia como o são, igualmente, para os companheiros de todo o Mundo. Não iremos discutir apenas a nossa visão de um amanhã melhor e uma economia justa e sustentável. Iremos também procurar no seio das nossas organizações sindicais e verificar o que funciona menos bem ou não, o que devemos ou não manter e o que precisa de ser mudado.

Talvez uma das grandes tragédias desta crise seja que não se produziram tantas transformações sociais como quando nas grandes crises que nos afectaram no passado.

As pessoas querem mudança. Mas os líderes políticos em todo o Mundo não estão a responder a esse apelo.

Daí que essa responsabilidade recaia sobre os sindicatos e o movimento sindical....". ■



MENSAGEM DE **JOÃO PROENÇA**

Todos juntos vamos comemorar o **1.º de Maio**

**Contra o desemprego, com aumento de salários.
Pelo trabalho digno e pelo direito à negociação colectiva.
Com Sindicatos fortes e o direito à participação.**

Muitos trabalhadores estão hoje confrontados com o desemprego ou a insegurança do posto de trabalho. Muitos daqueles que entram ou reentram no trabalho só obtêm empregos precários e, neste momento, geralmente com salários iguais ou inferiores aos de há 2/3 anos.

A crise internacional teve consequências profundamente negativas para os trabalhadores e os seus responsáveis estão a passar incólumes, pretendendo manter práticas especulativas, sem controle, fugindo ao pagamento de impostos e tentando impor uma desregulação laboral que atinja todos os Países. Mas a crise não justifica tudo e há que questionar mudanças estruturais, incluindo no modelo de desenvolvimento, que se tornam ainda mais urgentes.

O Programa de Estabilidade e Crescimento, com um conteúdo em grande parte resultante da crise, vem exigir

sacrifícios que poderão agravar as desigualdades e aumentar a pobreza, que já atingem níveis insustentáveis. O Programa tem que ser apresentado por todos os 27 Países membros da União Europeia, sendo obrigatória a meta dos 3% de défice em 2013. Como é evidente, o mesmo vai ter consequências negativas sobre o crescimento e o emprego, que há que minimizar, e muitas medidas propostas exigem mudanças.

A evolução salarial em muitos sectores e empresas é inaceitável. O congelamento salarial imposto na Administração Pública e as orientações salariais completamente erradas para o Sector Empresarial do Estado, estão a ser aproveitadas por muitos empresários para negar o direito à negociação colectiva.

A UGT está contra os congelamentos salariais, que nada têm a ver com a competitividade e o emprego, mas antes

com o aumento dos lucros e o agravamento das desigualdades.

É por tudo isto que temos que nos mobilizar e participar no 1.º de Maio – Dia do Trabalhador.

É um dia de convívio e reivindicação. Com os nossos Sindicatos, com os trabalhadores do nosso sector de actividade ou empresa, com os nossos colegas e as nossas famílias vamos manifestar a força da nossa unidade e a exigência de melhores condições de vida e de trabalho.

A UGT vai descer a Av. da Liberdade e, na Praça dos Restauradores, afirmar as suas reivindicações e a exigência de políticas mais justas e solidárias. ■

**TODOS JUNTOS
VAMOS CELEBRAR ABRIL!**

**TODOS JUNTOS
VAMOS COMEMORAR O 1.º DE MAIO**

Nos últimos dois anos, os trabalhadores foram as primeiras vítimas de uma crise global, para a qual não tiveram qualquer responsabilidade. Até à data, 34 milhões de empregos foram destruídos.

Sanção de despedimento e direito ao subsídio de desemprego

Retrocesso, drama e dilema

Texto: GOUVEIA COELHO*

Um direito fundamental com tutela constitucional

Por imperativo constitucional todos os trabalhadores têm direito a assistência material quando, involuntariamente, se encontrem em situação de desemprego¹. Trata-se de um direito fundamental (derivado) que mereceu certa concretização legal e a sua "natureza análoga" à dos direitos, liberdades e garantias constitucionais impede que a sua exequibilidade seja retirada ou restringida², sob pena de inconstitucionalidade³. Em causa está uma espécie de compensação indemnizatória do direito ao trabalho, que permita uma existência condigna ao desempregado e candidato a novo emprego. É um direito que radica na dignidade da pessoa humana, no próprio ser do trabalhador.

O regime jurídico de protecção no desemprego foi instituído pelo DL 69-D/75, de 30/03, a que sucedeu o DL 183/77, de 5/05⁴, introduzindo alterações significativas. A protecção no desemprego, assim regulada, assentava numa lógica "assistencialista", sendo as prestações designadas "subsídio de desemprego" e "subsídio social de desemprego".

Natureza contributiva e inclusão da justa causa no "desemprego involuntário"

Com o DL 20/85, de 17/01, foi introduzida uma concepção diferente, passando o desemprego a ser considerado como um risco social e integrando-se o direito ao subsídio de desemprego no sistema da Segurança Social (no caso dos bancários, em geral, na CAFEB). Foi abandonada a fundamentação na óptica de "raiz predominantemente assistencial" e o legislador, confessadamente, visou "a criação de um verdadeiro seguro de desemprego, como parte integrante do regime geral da Segurança Social, que tenha em conta a carreira profissional dos trabalhadores em situação de desemprego involuntário, através da atribuição de um subsídio de desemprego, cuja duração e montante tenham directa ligação com os princípios de trabalho e de contribuições do trabalhador e com as remunerações de trabalho perdidas"⁵. Nesse sentido, foi introduzida uma alteração fundamental no conceito de desemprego involuntário, instituindo-se que "o desemprego considera-se involuntário sempre que a cessação do contrato de trabalho ocorra por decisão unilateral da entidade empregadora"⁶. Abandonou-se, pois, o princípio de que "o trabalhador apenas tem direito ao subsídio de desemprego nos casos em que a quebra do vínculo laboral não lhe é imputável", como previa o regime anterior. Como argumento justificativo da nova concepção, o legislador observou que "mesmo nos casos em que o despedimento se funda em motivos inequivocamente justos, sempre o trabalhador tem interesse na sua contestação por via judicial" e "esta circunstância provoca, como se compreende, um significativo aumento de processos nos tribunais". Por outro lado, nem sempre as causas em que se funda o despedimento-sanção implicam necessariamente um juízo de censura ao trabalhador justificativo da exclusão de uma prestação para a qual, de certa forma, já contribuiu ou que lhe é atribuída por razões de carácter social⁷.

O DL 119/99, de 14/04, manteve o mesmo regime, estatuiu que "o desemprego considera-se involuntário

sempre que a cessação do contrato de trabalho decorra da decisão unilateral da entidade empregadora"⁸.

Por isso e em conclusão, desde Janeiro de 1985 e até Janeiro de 2007, a lei considerou involuntário todo o desemprego decorrente de decisão unilateral da entidade empregadora, admitindo o legislador que esta é a "solução que, pela simplicidade que reveste e atendendo à natureza contributiva do subsídio de desemprego, se afigura preferível". Ou seja, mesmo o trabalhador despedido com justa causa beneficiava sempre do subsídio de desemprego, desde que tivesse a sua situação regularizada na Segurança Social ou, no caso dos bancários, na CAFEB, quer impugnasse em tribunal quer não o seu despedimento, em igualdade de condições com os outros trabalhadores em desemprego involuntário.

O retrocesso através de uma alteração violenta, injusta e inaceitável

O DL 220/2006, de 03/11, mantendo que "o desemprego considera-se involuntário sempre que a cessação do contrato de trabalho decorra de iniciativa do empregador"⁹, introduziu uma enorme, injustificada e inconstitucional (?) restrição, ao prever que "presume-se haver desemprego involuntário desde que o fundamento invocado pelo empregador não constitua justa causa de despedimento por facto imputável ao trabalhador ou, constituindo, o trabalhador faça prova de interposição de acção judicial contra o empregador"¹⁰. Ou seja, a partir de Janeiro de 2007 verificou-se um retrocesso no regime que vigorava há mais de 20 anos. A alteração é violenta, injusta e inaceitável para os trabalhadores punidos com a sanção de despedimento, que ficaram privados daquele direito fundamental, a menos que recorram à impugnação judicial, em todo e qualquer caso, como condição *sine qua non* para terem acesso ao subsídio de desemprego.

Drama e dilema

Ora, há situações em que o trabalhador despedido não tem interesse ou se confronta com grave inconveniência ou, até, impossibilidade prática de impugnar judicialmente o despedimento, seja pela insuportável onerosidade do recurso ao tribunal, seja por falta ou inferioridade das suas provas em tribunal face às do patrão, seja porque teme o estigma ou os efeitos negativos da demanda judicial na obtenção de novo emprego, seja porque admite a sua culpa e reconhece a justa causa da punição, seja porque se pode, inclusivamente, arriscar a ser punido por litigância de má-fé ou mesmo estimular queixa-crime, por haver no processo disciplinar indícios de práticas susceptíveis de condenação penal com que a entidade patronal antecipadamente o ameaçou...

Por isso, há despedidos por justa causa que, admitindo comportamentos (actos ou omissões) susceptíveis de integrar o conceito legal de justa causa e, por isso, entendendo que é lícito o despedimento, ficam numa situação desesperada, sem meios de subsistência condigna e sentem-se duplamente punidos (perda do emprego e perda do subsídio de desemprego). Esperavam justamente que a Segurança Social para a qual contribuíram (em alguns casos por muitos anos) não lhes negasse as prestações compensatórias do seu direito ao trabalho, de forma a minorar os efeitos da situação, muitas vezes trágica, em que inesperadamente caíram¹¹.

Por outro lado, face ao novo regime e sempre que sucede a situação acabada de aludir, o Contencioso do SBN fica (está) confrontado com o seguinte dilema: recusa pura e simples-

mente o patrocínio ao bancário (associado) despedido com justa causa, que é reconhecida e aceite por este, respeitando os princípios e normas legais que não permitem "advogar contra o direito" nem "deduzir pretensão ou oposição cuja falta de fundamento não devia ignorar"¹², cumprindo assim o regulamento interno do CTC; ou, pelo contrário, dá atenção à situação desesperada do bancário (associado), compreensivelmente indignado e inconformado com a sua dupla condenação (despedimento e exclusão do subsídio de desemprego), com a sua dignidade e subsistência condigna feridas de morte e, por isso, reclama o recurso a tribunal, para beneficiar do subsídio de desemprego até encontrar nova ocupação profissional, recusando a iníqua imposição legal que obstará a tal pretensão.

A lei e os princípios (éticos e deontológicos) impedem a impugnação judicial; por outro lado, o direito à vida (sobrevivência) condigna, o direito a alimentos ou a assistência material na situação de desemprego em causa, pode tornar justa e atendível, em todo e qualquer caso, a pretensão da impugnação judicial?

Quem trabalha por conta de outrem arrisca-se a ser despedido por justa causa. O despedimento por justa causa não é, por isso, um "desemprego voluntário"! Só o caso de infracção disciplinar, cometida com intenção dolosa de beneficiar do subsídio de desemprego, deveria justificar a privação deste direito. O comportamento culposos da infracção disciplinar não deve, em regra, fundamentar a privação do direito ao subsídio de desemprego (que é fundado, como se viu, no princípio da contributividade), tal como o subsídio de doença nunca foi

As batotas ou fraudes à Segurança Social, relacionadas com o subsídio de desemprego, não se centram, de modo nenhum, nos casos do despedimento com justa causa, apurada em processo disciplinar.

negado ao trabalhador beneficiário da Segurança Social que ficou incapacitado para o trabalho por doença originada em comportamento voluntário e em alguma medida culposos (o abuso do tabaco, o consumo de drogas ou álcool, as queimaduras solares ou do gelo...).

As batotas ou fraudes à Segurança Social, relacionadas com o subsídio de desemprego, não se centram, de modo nenhum, nos casos do despedimento com justa causa, apurada em processo disciplinar.

Impõe-se a reposição urgente do regime que, desde 1985, vigorou por mais de 20 anos. ■

*Advogado, coordenador no Contencioso do SBN

¹ Cf. Art. 59.º-1/e da CRP

² Salvo nos termos previstos no Art. 18.º da CRP

³ Cf. Art. 59.º, 17.º e 18.º da CRP

⁴ Alterado pelo DL 297/83, de 24/06

⁵ Cf. preâmbulo do cit. DL 20/85

⁶ Cf. Art. 3.º-1 do DL 20/85

⁷ Cf. preâmbulo do mesmo DL

⁸ Vd. Art. 7.º-1/a do DL 119/99

⁹ Vd. Art. 9.º-1/a

¹⁰ Vd. Art. 9.º-2

¹¹ Fomos confrontados, em data muito recente, com a tentativa de um homicídio de um bancário despedido, após uma longa carreira de sucesso, sem qualquer incidente disciplinar...

¹² Vd. Art. 85.º-2/a da Lei 15/2005, de 26/01, e Art. 456.º-2/a do CPC

PEC, o mal-amado

TEXTO: INÉS F. NETO

Duas certezas foram já interiorizadas pela esmagadora maioria dos portugueses: as contas públicas atingiram o descalabro e é preciso inverter a situação. E uma constatação, como consequência: vamos mesmo "apertar o cinto". Uns mais do que outros, é o receio de muitos. A balança dos sacrifícios penderá novamente para o lado dos trabalhadores?

Cada cabeça sua sentença. Não faltam teorias e opiniões sobre quais as medidas mais eficazes – e justas – para resolver a crise em que o País está mergulhado e sanear as contas públicas, todas elas pautadas por opções não só

de carácter puramente económico mas, sobretudo, de cariz político/partidário e/ou ideológico.

O Governo avançou com um Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), que depois de apresentado aos partidos e aos parceiros sociais seguiu já para aprovação em Bruxelas. Com o apoio de dois economistas – Henrique Milheiro, professor do Ensino Superior, e Paula Bernardo, da Comissão Executiva da UGT –, a "Revista Febase" descodifica o documento, apresentando as principais medidas que vão influenciar as condições de vida dos trabalhadores portugueses.

Opinião generalizada (se exceptuar-mos o Governo), é que as medidas preconizadas pelo PEC denotam uma clara opção por uma tentativa de equilíbrio das contas públicas pelo lado da redução da despesa, ao invés de apostar no aumento das receitas – e a contenção da despesa é feita sobretudo através dos salários e das prestações sociais.

A UGT não tem dúvidas: "Este programa está muito orientado para a redução do défice e pouco para o crescimento e o emprego, o que significa que vamos ter

um período relativamente longo de baixo crescimento económico, logo com tendência para a taxa de desemprego se manter em níveis elevados, o que potencia pobreza e exclusão social." Ou seja, conclui Paula Bernardo, "todas estas situações geram desigualdades sociais".

Fazer face ao descalabro

Face ao descalabro das contas públicas, um programa de estabilidade tornou-se obrigatório – fosse este ou outro. Na verdade, duas ordens de razões obrigavam ao assumir das medidas restritivas que lhe estão associadas.

Em primeiro lugar, por imposição externa. O equilíbrio das contas é garantido estimulando o crescimento e controlando o valor do défice orçamental (abaixo de 3% do Produto Interno Bruto) e da dívida pública (abaixo de 60%), pelo que os 16 membros da Zona Euro têm de assinar obrigatoriamente o PEC, devendo apresentá-lo todos os anos como demonstração do seu empenho no controlo das contas públicas.

Depois, porque se entende que a consolidação das contas públicas constitui uma condição indispensável para que Portugal possa encetar uma fase de crescimento económico sustentado, susceptível de permitir a convergência com os países mais desenvolvidos da União Europeia.

Ou seja, a promoção da competitividade e do apoio ao emprego e à solidariedade social só será possível se o País for capaz de recuperar rapidamente a via de consolidação das contas públicas.

E a verdade é que Portugal tem necessidade de controlar o défice das suas contas públicas – que ultrapassa, de uma forma bastante significativa, os níveis habitualmente considerados como aceitáveis: 9,3% do Produto Interno Bruto (PIB), muito acima dos 3% exigidos como máximo admissível, representando actualmente a dívida pública mais de 110% do rendimento anual produzido no País.

Os antecedentes

Face a esta situação, coloca-se uma questão pertinente: como foi possível Portugal chegar a esta situação?



Não há uma resposta de sentido único. Erros próprios e causas alheias estão entre as razões que conduziram o País à situação actual.

Em matéria de erros, refira-se os decorrentes de medidas e acções de política económica menos conseguidas, que vêm de há largos anos, com evidentes impactos sobre a vida das pessoas e sobre o seu bem-estar futuro.

Mas para o actual descalabro muito contribuíram causas alheias, uma vez que a crise financeira e económica internacional teve um evidente impacto em Portugal, à semelhança do sucedido na generalidade das economias.

Por isso no Outono de 2009 a Europa adoptou um pacote de emergência que

Portugal tem necessidade de controlar o défice das suas contas públicas – que ultrapassa, de uma forma bastante significativa, os níveis habitualmente considerados como aceitáveis: 9,3% do Produto Interno Bruto (PIB), muito acima dos 3% exigidos como máximo admissível.

visava coordenar a resposta dos Estados-membros à crise financeira global, sendo de assinalar a importância do papel estabilizador da União Económica e Monetária na resposta à crise financeira mundial e à ameaça de uma grande depressão. Também relevante neste plano foi o contributo do Banco Central Europeu (BCE).

Em Portugal, o agravamento do défice resultou, essencialmente, de uma quebra de receita fiscal e contributiva superior a 10%, significativamente maior que a contracção nominal do PIB.

Por outro lado, o Governo português teve uma intervenção forte na envolvente económica e social, com a implementação de medidas de apoio ao financiamento da economia e às empresas, nomeadamente às de pequena e média dimensão, bem como aos desempregados e às famílias – o que teve reflexos evidentes e imediatos na deterioração das contas públicas.

Aumentar o fosso

A deterioração do saldo anual das receitas e despesas públicas, que em Portugal assume um nível bastante superior ao da generalidade dos países europeus,

levou a União Europeia a definir um conjunto de regras que os Estados-membros devem respeitar para garantir o equilíbrio das contas públicas.

Nessa medida, todos os membros da UE devem apresentar um Programa de Estabilidade e Crescimento, integrando informações e estimativas sobre a actividade desenvolvida no último ano, sobre o ano em curso e, ainda, sobre os três anos subsequentes. Respondendo a essa imposição, o PEC português assume, pois, o carácter de um plano a quatro anos para

... e aumentar as receitas

Muitos especialistas defendem que a forma correcta, sustentável e desejável de aumentar as receitas públicas será, sempre, a que decorre de um aumento da produtividade, capaz de gerar mais receitas a partir do desenvolvimento da actividade económica. Mas sendo esta uma situação que, a ser conseguida, apenas susceptibiliza a obtenção de resultados a médio ou longo prazo, a contenção das despesas e o aumento das receitas coercivas constituem e acabam por ser as vias usuais para alcançar a desejada redução do défice das contas públicas.

Apesar de o Governo afirmar que não irá aumentar os impostos, muitas famílias verão a sua carga fiscal agravada.

Estas são as principais medidas do PEC com vista a um aumento das receitas:

- Diminuição das deduções à colecta das pensões acima dos 22.500€ anuais;
- Criação de mais um escalão de IRS, com uma taxa de 45%, para os rendimentos de 150 mil euros;
- Agravamento da taxa para os investidores que tenham mais-valias com a venda de acções;
- Perda da isenção, para quem detinha acções há mais de um ano, ficando todos sujeitos a uma taxa de 20%;
- Introdução de limites máximos nos benefícios e deduções fiscais de que os contribuintes poderiam usufruir, tectos que vão depender dos rendimentos de cada um, isto é, quem ganha mais vai deduzir menos, ou seja, pagar mais. Para os rendimentos mais baixos – até 7.250 euros – não haverá qualquer mudança e tudo continua a funcionar como até hoje, mas as famílias com rendimentos superiores a este limite mínimo verão agravada a sua carga fiscal, por força das menores deduções que poderão efectuar.
- Alargamento (e maior controlo) da base contributiva das empresas para a Segurança Social, aspecto que, para algumas actividades, assume uma importância ainda hoje dificilmente detectável.

Conter as despesas...

A consolidação das contas públicas pode ser feita por duas vias (ou por um equilíbrio entre ambas): contenção das despesas e aumento das receitas. O PEC aposta sobretudo no corte de gastos do Estado.

Eis as principais medidas que o Governo prevê tomar para reduzir as despesas públicas:

- Congelamento dos salários da função pública (defendendo também uma política de contenção salarial tanto para a Administração Pública como para o Sector Empresarial do Estado, no horizonte temporal de vigência do actual PEC, sejam quais forem as taxas de inflação e de crescimento da produtividade);
- Prestações sociais amputadas, permitindo assim que os impostos não sejam excessivamente agravados. Ou seja, prevê-se que diminua a despesa com prestações do regime não contributivo da Segurança Social através da redução do valor nominal das transferências do Orçamento do Estado para o Orçamento da Segurança Social e do congelamento, em termos nominais, da generalidade das prestações sociais até 2013;
- Pensões de reforma vão continuar a diminuir, e o Governo quer ainda acelerar a convergência do regime de pensões da Caixa Geral de Aposentações com o regime geral da Segurança Social;
- Alterações na regulamentação que atribui o subsídio de desemprego, possibilitando algumas poupanças nas despesas do Estado;
- Eliminação, prevista para 2011, das medidas de apoio à crise que foram tomadas em 2009 e mantidas no ano em curso;
- Redução, para níveis excessivamente diminutos, do investimento público, com os naturais reflexos na criação de maiores dificuldades em termos da recuperação económica do País.

as contas públicas, no qual são estabelecidos os objectivos a atingir no que respeita ao défice, à dívida pública, à despesa e à receita.

O plano apresentado define o cenário de evolução económica, admitindo o Governo que até 2013 o PIB apresente uma taxa de crescimento de 4,7%. Para a maioria dos analistas, este cenário macroeconómico é considerado pouco ambicioso, pois admite implicitamente uma taxa média de crescimento anual pouco superior a 1%.

Confirmando-se essa taxa de crescimento, Portugal vai aumentar ainda mais o fosso de desenvolvimento que o separa já dos parceiros europeus.

E, no plano da criação de empregos, o resultado será ainda mais grave: uma taxa de crescimento tão reduzida praticamente não gera novos postos de trabalho, razão pela qual os mais de 500.000 desempregados actuais poucas esperanças devem retirar dos próximos quatro anos. Por outras palavras: a taxa de desemprego deverá continuar a ser definida por dois dígitos e uma casa decimal.

Ou seja, o cenário económico definido pelo Governo para os próximos quatro anos implica que a correcção do défice das contas públicas não será conseguido através do crescimento das receitas decorrentes de uma maior actividade eco-

nómica. Pelo contrário, torna-se evidente uma postura conservadora na estratégia de consolidação orçamental, assumindo o Executivo uma clara opção pela redução do défice pela via da diminuição da despesa pública.

Diminuição do nível de vida

Face a esta opção, todos os analistas são unânimes em concluir que o nível médio de vida dos portugueses vai, sem dúvida, sofrer uma diminuição assinalável.

Desde logo porque o Estado vai gastar menos em saúde, educação e no apoio às famílias mais desfavorecidas. Por outro lado, nos próximos quatro anos os contribuintes vão pagar mais impostos, uma fracção significativa dos trabalhadores terá os seus salários congelados e o acesso às prestações sociais será mais criterioso – tudo em nome da redução sustentável do défice orçamental para 2,8% do Produto Interno Bruto em 2013.

Além disso, o corte no "rating" da dívida de longo prazo de Portugal vai acarretar um encarecimento do serviço da dívida, o que pode implicar que as medidas em termos da trajectória do défice público, tal como previsto no PEC, poderão ter que ser medidas ainda mais fundas ao nível do corte da despesa.

As empresas vão ser também visadas, uma vez que as repercussões sentir-se-ão igualmente ao nível do seu endividamento mas, fundamentalmente, serão

Os jovens em idade e condições de entrar no mercado de trabalho não verão surgir novas oportunidades. E os actuais desempregados tornar-se-ão desempregados de longa duração.

os consumidores a sentir o acumular destes efeitos.

Na verdade, a subida da taxa de juro poderá ser dramática para muitas famílias portuguesas com um nível de endividamento extremamente elevado, que poderão sentir uma enorme pressão no seu orçamento familiar, com repercussões na sua capacidade para regularizar as dívidas e, por isso, com directas incidências na actividade bancária.

Também os jovens em idade e condições de entrar no mercado de trabalho não verão surgir novas oportunidades. E os actuais desempregados tornar-se-ão desempregados de longa duração...

Outras soluções, menos penalizadoras do factor trabalho, seriam possíveis. É o caso, por exemplo, do aumento de receitas por via fiscal, através do IVA, do IRC – e não do IRS –, da tributação das mais-valias bolsistas ou da criação de uma taxa sobre as transacções financeiras especulativas, como propõe a UGT, entre outras instituições. ■

As sugestões da UGT

Um C... de (verdadeiro) crescimento

Considerando essencial o combate ao défice e a consolidação das contas públicas, a UGT critica no entanto o PEC apresentado pelo Governo, nomeadamente no que diz respeito à redução da despesa em áreas sociais.

Numa Resolução do Secretariado, a Central Sindical insiste em que as políticas económico-sociais para os próximos quatro anos não podem esgotar-se nas medidas de consolidação das contas públicas. Pelo contrário, defende:

- O reforço das políticas públicas: políticas na esfera social, visando o combate à pobreza, à exclusão e às desigualdades sociais; a modernização e o reforço da eficiência da Justiça; a promoção de um Estado de direito;

- A necessidade de políticas sectoriais, que permitam responder às necessidades específicas dos sectores, quer em termos de modernização da actividade económica, quer de emprego e qualificação dos trabalhadores;

- O reforço da adaptabilidade à mudança, nomeadamente no mercado de trabalho, o que deve ser feito por via da negociação colectiva, cabendo ao Governo criar um quadro favorável à mesma, nomeadamente assegurando um funcionamento eficiente dos mecanismos de mediação, conciliação e arbitragem.

Investimento, precisa-se!

Para a UGT, o combate ao défice não pode obstaculizar as políticas de promoção do crescimento económico e do emprego, considerando essencial o reforço do investimento público e privado essencial.

Assim, defende a promoção de diferentes tipos de investimento:

- Investimentos estruturantes, essenciais ao desenvolvimento sustentável do País e à melhoria das condições de vida das gerações futuras. Neste domínio, importa distinguir claramente as responsabilidades financeiras do Estado das do sector privado, devendo esta informação ser claramente revertida para o PEC e para os próximos exercícios orçamentais;

- Investimentos com impacto social, que permitam não só responder a necessidades das populações em áreas como a rede escolar, as creches, o apoio a idosos, a saúde, como também criar novos postos de trabalho;

- Outros investimentos, nomeadamente a nível autárquico, devendo aqui também privilegiar-se a dimensão social dos mesmos. A celebração de protocolos com as autarquias, nomeadamente em domínios como a reabilitação urbana, afigura-se bastante relevante.



Conselho Geral debate negociação colectiva

Ocorreu, no passado dia 24 de Março, uma reunião ordinária do Conselho Geral do Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Seguradora (STAS)

TEXTO: PATRÍCIA CAIXINHA

Entre os diversos aspectos abordados, destacam-se a situação da negociação do Contrato Colectivo de Trabalho e a Tabela Salarial para 2010. Relativamente a esta matéria, os Conselheiros Gerais e Delegados Sindicais apresentaram uma moção, aprovada por unanimidade e aclamação, intitulada "Pelo direito à indignação" (ver caixa).

Foi ainda aprovado, por unanimidade, o Relatório e Contas do exercício de 2009. De referir que o mesmo contempla receitas no montante total de 1.338.793,33 euros, tendo o Sindicato apresentado o resultado positivo de 6.404,16 euros.

Ainda na ordem de trabalhos desta reunião, foi aprovada a aquisição de um novo imóvel em Castelo Branco, no total de 817.000,00 euros. ■



Moção
Pelo Direito à Indignação

O Conselho Geral e a Assembleia de Delegados Sindicais do Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Seguradora, reunidos no dia 24 de Março de 2010, em Lisboa, na sede do Sindicato, para entre outros assuntos, analisarem o processo de negociação colectiva no sector dos seguros, manifestaram o seu apoio à defesa conveniente dos direitos e interesses de todos os trabalhadores e deliberaram:

Repudiar veementemente o comportamento da comissão negociadora patronal, que, no maior ataque à negociação colectiva alguma vez ocorrido neste sector, montou uma farsa de negociação de uma tabela salarial para 2010, que agora concluiu como começou em 28 de Janeiro p.p.;

Exigir das Seguradoras o regresso a uma postura de negociação colectiva num percurso de boa fé negocial, essencial ao equilíbrio e paz social no sector e numa perspectiva de remunerar de igual forma investidores e trabalhadores;

Convidar as Seguradoras a repensar a negociação colectiva em pleno século XXI, onde aos trabalhadores é reconhecido um papel fundamental na construção e manutenção das empresas, e não no regresso descabelado ao tempo da Revolução Industrial dos finais do século XIX;

Apoiar todas as formas de luta que venham a ser desencadeadas pelo Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Seguradora, se possível em conjunto com os outros Sindicatos do sector;

Exortar os Trabalhadores, a apoiar a defesa intransigente da negociação colectiva como base essencial da sua vivência, apoiando os Sindicatos neste momento difícil em que está em causa muito mais que uma simples tabela salarial;

Colocar-se incondicionalmente ao lado dos Trabalhadores e da Direcção Sindical para em conjunto ajudarem a superar esta inopinada contrariedade.

Dar toda a publicidade possível a este documento.

Lisboa, 24 de Março de 2010

O Conselho Geral e a Assembleia de Delegados Sindicais do Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Seguradora

Exposição no Espaço Arte Tranquilidade

Sócios mostram talento fotográfico

TEXTO: PATRÍCIA CAIXINHA

FOTO STAS
Exposição Fotográfica - 2009



De 31 de Março a 19 de Abril



www.stas.pt foto-stas.blogspot.com

Está a decorrer até ao próximo dia 19, no Espaço Arte da Tranquilidade, em Lisboa, a 2.ª Exposição alusiva ao Concurso Fotográfico Foto STAS 2009.

As instalações foram gentilmente cedidas pela Tranquilidade. Para além de um magnífico espaço para se fazer arte e beneficiando de uma excelente localização no centro da cidade – Av. da Liberdade – foi possível revelar, uma vez mais, o talento dos nossos associados e tornar ainda mais apelativa esta iniciativa que contou, até à data, com significativa afluência. ■



Das origens ao presente... ...passaram 76 anos.

Texto: **José Luis Pais***

No dia 28 de Fevereiro de 1934 foi constituído por alvará do então Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, o Sindicato Nacional dos Empregados das Companhias de Seguros do Distrito de Lisboa, com a sua sede na Rua Augusta, 100, 3.º, em Lisboa

Ao longo de décadas, quantos riscos, quantos perigos, quantas desilusões, quanto sofrimento, quantas incompreensões, foi necessário ultrapassar. Mas também que tamanhas alegrias pelas vitórias alcançadas, que tranquilidade de consciência por se ter dado tudo por tudo, sem nada esperar em troca. Foi assim que chegámos até aqui e por isso podemos, e devemos, estar todos orgulhosos.

O STAS-Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Seguradora, denominação actual,

tem assumido, como lhe compete, o passado, com as suas glórias que são muitas, com as suas fraquezas, com os seus heróis e militantes por um lado, mas com os seus fracassados pelo outro. Todos contribuíram para o Sindicato que hoje somos.

Assumindo o que fomos perante a História, fazemo-lo com o orgulho de quem sabe que o nosso Órgão de Classe desempenhou, através dos tempos, um papel globalmente positivo ao serviço dos trabalhadores. No futuro, quando a História se puder fazer com o distanciamento necessário, não tenhamos dúvidas de que o nosso lugar será entre aqueles que, honestamente, contra tudo e contra todos lutaram, sempre, pela dignificação do Homem e Mulher Trabalhadores, pela sua libertação e pelo reconhecimento do seu lugar insubstituível na construção da sociedade nova.

Nomes há que, para sempre, serão lembrados porque sobressaíram em determinados momentos e épocas, contribuindo de forma decisiva para vencer dificuldades, ultrapassar obstáculos e dinamizar a acção sindical de acordo com as exigências dos tempos que viveram. Mas não podemos deixar de recordar todos quantos, com a sua entrega humilde, contribuíram de forma igualmente decisiva para a consolidação do nosso Sindicato.

Com um punhado de homens e de muitos outros mais, onde se incluem também mulheres desde 1973, conseguiu-se, ao longo de 76 anos, passo a passo, degraui a degraui, lenta mas seguramente construir uma vida melhor para os trabalhadores de seguros. E forçoso é reconhecer que as gerações mais novas foram sempre e necessariamente lucrando com o trabalho das anteriores.

Sempre o nosso Sindicato esteve presente nos momentos decisivos. Como se sabe quando foi necessário e possível lutar por um movimento sindical forte, activo e dinâmico, quando foi necessário combater decisivamente o sindicalismo corporativista que nos amordaçava, sob o regime

fascista, estivemos na primeira linha e fomos co-fundadores da Intersindical na clandestinidade. Depois, já em democracia, após o glorioso e esperançoso 25 de Abril quando a liberdade sindical por que lutávamos voltava a estar em perigo, de novo estivemos na primeira linha e fomos co-fundadores da UGT. É na vanguarda deste combate, que queremos continuar, sem rodeios nem desfalecimentos.

A dignificação de quem trabalha deverá ser cada vez mais uma realidade. Os trabalhadores, os dirigentes sindicais devem sensibilizar-se para empreenderem com um empenho cada vez maior a transformação qualitativa dos objectivos do seu trabalho, que é o ultrapassar a fase do TER para se atingir o SER.

Na verdade mais do que TER o Homem para se realizar e ser feliz tem que SER MAIS. Esta é sem dúvida a grande tarefa do movimento sindical. É preciso compreender a tempo, ou seremos irremediavelmente ultrapassados.

Um apelo, agora, à juventude para que contribua activamente para a renovação do Sindicato e aos menos jovens para que não desistam, nem vacilem pois a sua contribuição continua a ser imprescindível.

A hora é de crise, de sobressaltos, de angústia, mesmo de desespero nalguns casos, para alguns trabalhadores de seguros, para centenas de milhares de trabalhadores portugueses, como para milhões de trabalhadores do Mundo inteiro.

Este Sindicato sente e tem consciência dos graves problemas com que todos nos debatemos actualmente. Esperamos que a evolução da situação política e social nos seja favorável – haja esperança.

Se todos quisermos, e temos de querer, a nossa força e a nossa solidariedade serão suficientes para vencermos.

Não temos dúvidas: a Hora é, apesar da crise, e para além da crise, a Hora da Esperança! A Hora é de conseguir mais e melhor! Assim todos saibamos ser dignos da época em que vivemos. É nesta época que o Sindicato tem que se inserir, ao serviço da sociedade e do homem e mulher trabalhadores, assumindo o risco, única forma de transformar os potenciais perigos e os inevitáveis temores e pesadelos, em factores de progresso, de bem estar e felicidade.

Assim haremos de ser fiéis ao Sindicato que fomos, merecer o Sindicato – septuagenário – que somos e construir o Sindicato que queremos ser.

Tarefa sem dúvida difícil, mas possível. Tarefa enorme mas à dimensão da nossa capacidade e dignidade de trabalhadores! ■

*1.º Vice-Presidente da Direcção do STAS

Futebol de 7

Classificação Geral								
	Jornada	Vitórias	Empates	Derrotas	Golos		Diferença M/S	Pontos
					Marcados	Sofridos		
1 GLOBAL Seguros	10	8	2	0	34	9	25	26
2 A.M.A. Seguros	10	6	1	3	28	18	10	19
3 CA Seguros	10	6	1	3	45	19	26	19
4 ZURICH Seguros	10	6	1	3	48	35	13	19
5 AXA Seguros	10	5	3	2	28	18	10	18
6 JOVENS Seguros	10	2	1	7	20	48	-28	7
7 G.D.C. FM / IB	10	0	3	7	15	42	-27	3
8 INTER Partner	10	0	2	8	19	48	-29	2



Bruno Medeiros, líder dos melhores marcadores



Global Seguros continua a liderar

Comemoração do 2.º aniversário da Associação Renovar a Mouraria



No passado dia 19 de Março, a Associação Renovar a Mouraria celebrou o seu 2.º aniversário no salão nobre do STAS, no âmbito de uma parceria recente e de carácter solidário, que envolve estas duas entidades locais com vista à dinamização da zona da Mouraria e do Intendente.

A cerimónia, que contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. António Costa, do Vereador Arq.º Manuel Salgado, e de um Administrador do Museu Colecção Berardo, serviu para apresentar os diversos projectos que esta jovem associação tem para o bairro da Mouraria.

Castigos/disciplina

3 cartões amarelos

Dário Vicente*/INTER Partner

2 cartões amarelos

Ricardo Marques; Pedro Rã; João Romão e Luís Homem/JOVENS Seguros
Rui Velho/G. D. C. FM/IB
Hugo Vale e Ricardo Lopes/INTER Partner
Vitor M. Henriques/ZURICH Seguros
Vasco Sousa e Miguel Silva/CA Seguros
Pedro Peleja/AXA Seguros
Márcio Henriques e Carlos Santos/GLOBAL Seguros

1 cartão amarelo

Rui Seixas; Paulo Carvalho; Pedro Laia; Luís Dias e Pedro Marques/JOVENS Seguros
Pedro Cruz; Francisco Castro; Nuno Gentil e Pedro Camacho/G. D. C. FM/IB
Pedro Mota Ribeiro; Rui Cunha; Pedro Gonçalves; Nuno M. Ribeiro e Daniel Rocha Silva/AXA Seguros
Luís Batista; Hugo Machado; Ricardo Rodrigues; Miguel Canhestro e José Mendes/CA Seguros
Flávio Santos; António Braz; Paulo Pereira e Mael Barata/INTER Partner
António Simões; Tiago Valente; Vasco Pego; António Pereira; Alexandre Nunes; Pedro Nunes; Pedro Martins e Pedro Cardoso/A.M.A. Seguros
Gilberto Lagarto; Nuno Fernandes; João Garcia; João Marques; Luís Carvalho; João Lino e Carlos Henriques/GLOBAL Seguros
Bruno Medeiros; Edgar Lopes e Miguel Salvador/ZURICH Seguros

*O atleta Dário Vicente (INTER Partner)
1 jogo de castigo conforme regulamento:

- * Acumulação de 3 amarelos – 1 jogo de castigo.
- ** Cartão vermelho por acumulação de amarelos – 1 jogo de castigo.
- *** Cartão vermelho directo – de 2 jogos de castigo à irradiação do torneio.

Disciplina			
Nome da Equipa	Cartões		Total Pontos
	A	V	
1 ZURICH	5	0	75
2 AXA Seguros	7	0	105
3 AMA Seguros	8	1	145
4 CA - Seguros	9	1	160
5 G D C F.M. / I.B.	8	2	170
6 INTER Partner	11	1	190
7 GLOBAL Seguros	13	0	195
8 JOVENS Seguros	16	1	265
Média cartões Amarelos por jogo: 2		Média cartões Amarelos por Jornada: 7	
Média cartões Vermelhos por jogo: 0		Média cartões Vermelhos por Jornada: 1	

Mensagem

Texto: **José Luís Pais**

16 de Março de 2010. Data em que nasceu a Revista Febase – Federação do Sector Financeiro. Tentativa, a todos os títulos louvável, de aproximação de todos os associados dos Sindicatos que constituem a Febase

Pois bem! Foi para mim e para muitos de vós, por certo, uma agradável surpresa. Auguro-lhe as maiores venturas.

Parabéns, pois, aos seus criadores, quer sejam autores, editores, repórteres ou ilustradores. É desta massa que as revistas surgem. Boa vontade não lhes falta.

Para já e numa primeira experiência, não quero deixar de participar, para a continuidade da nossa revista, lançando o repto a futuros colaboradores com as suas ideias.

Ideia em questão: Revista Febase. Ideia? Ideia. Ideia!

Não sei a sua origem. Duvido até que a Ideogenia seja capaz de a descobrir.

A realidade é que lhes deu contas que estavam a Idealizar uma revista.

A Ideação multiplicou-se, reproduziu-se... e nasceram muitas Ideiazinhas. Neste número 2 quis anunciá-las. "Peguei" no teclado. Faltaram, no entanto, as palavras.

Pensei em elaborar um Ideograma. Não o consegui, pois não sou Ideógrafo. Duvido até que a Ideografia disponha de meios ao seu alcance para explicar, como é seu mister, por sinais, aquilo que vos quero transmitir.

Então abri o dicionário. Vi o que diz ser uma ideia:

- Pensamento; imagem; lembrança; opinião; projecto; intenção; invenção... Fechei-o.

Apontei novamente para o teclado. Esperei.

E voltei a esperar por não encontrar uma forma rápida, ortograficamente



precisa e gramaticalmente talentosa de vos dizer que a minha Ideia ao elaborar esta nota é estar com quem teve a paciência de a ler, pauperrimamente Idealizada, até ao fim.

O que espero, não tenha sido, uma triste ideia... ■

IDADE LIMITE: 17 ANOS (INCLUSIVE)

1º turno: 3 de Julho a 17 de Julho

2º turno: 17 de Julho a 31 de Julho

3º turno: 31 de Julho a 14 de Agosto

4º turno: 14 de Agosto a 28 de Agosto

5º turno: 28 de Agosto a 11 de Setembro

CAMPO DE FÉRIAS FECHADO

PROENÇA-A-NOVA

PREÇOS:

425 euros para sócio e colaborador de empresa associada

525 euros para outros

(contacte-nos para mais informações sobre descontos e condições de pagamento)

OS PREÇOS INCLUEM!

- Transporte de Lisboa, Porto ou Coimbra para Proença-a-Nova e regresso,
- 14 noites com estadia em regime de pensão completa (alojamento e seis refeições por dia),
- Praia, Caminhadas, Slide, Rappel, BBT/Ciclismo, Canoagem, Paint-Ball e outras actividades.

JOVENS SEGUROS

ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO OCUPACIONAL

VEM VIVER 15 DIAS DE UMA AVENTURA INESQUECÍVEL

MAIS INFORMAÇÕES EM:

WWW.JOVENSSEGUROS.COM / GERAL@JOVENSSEGUROS.COM / LINHA GRÁTIS: 800 205 179

Mais duas uniões distritais da UGT na área do nosso Sindicato

A UGT avança com o seu plano de criação de uniões distritais e mais duas foram criadas na segunda quinzena de Março – a do Algarve e a de Beja – com a realização dos seus congressos fundadores e eleição dos respectivos órgãos dirigentes, que foram acompanhados por José Resende, em representação da Direcção do SBSI

Texto: **Rui Santos**

O Congresso fundador da UGT - Algarve realizou-se no dia 20, nas instalações da Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve, em Faro, com a presença de cerca de 70 delegados, vinte deles em representação do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas.

Tal como nos congressos similares anteriormente realizados noutros distritos, o evento serviu para discutir e votar os novos Estatutos da União e o programa de acção a desenvolver, para uma intervenção mais eficaz na região.

Depois de discutidos e aprovados aqueles dois documentos, seguiu-se a eleição dos órgãos dirigentes da nova União e a sua tomada de posse, já na presença de João Proença, o Secretário-Geral da UGT, que também interveio na sessão de encerramento com que se concluíram os trabalhos, bem como Luís Trindade, do SISEP, eleito Presidente da UGT - Algarve e o Presidente da Mesa daquela União, João Esteves, do SBSI.

Do SBSI foram ainda eleitos Vítor Soares, que deverá ser indigitado como um dos Vice-presidentes, José João Ribeiro, para Presidente do Conselho Fiscalizador de Contas.

Após o Congresso, seguiu-se um seminário, subordinado ao tema "Promover o desenvolvimento e o emprego de qualidade", que contou com a presença do Dr. Alberto Melo, Delegado regional do IEFP, do Dr. Mendonça Pinto, da CCDR do Algarve, e do Prof. Adriano Pimpão, da Universidade do Algarve.

No dia seguinte, numa unidade hoteleira local, teve lugar o Congresso fundador da UGT - Beja, que funcionou em moldes idênticos ao do Algarve e com a mesma ordem de trabalhos, contando com a presença de cerca de 40 delegados, sendo onze os representantes do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas.

Após a sessão de encerramento, que contou com a presença do Secre-



tário-Geral da Central, realizou-se um seminário, sob o mesmo tema, e no qual entrevistaram a Dra. Ana Duarte, Delegada regional do IEFP, e o Eng. José Domingos Negreiros Velez, vereador da Câmara Municipal de Beja.

Após o debate que se seguiu, ainda usaram da palavra o Director da CEFO-SAP e João de Deus, Presidente da UGT.

Os órgãos eleitos da nova UGT - Beja contam com três sindicalistas do SBSI: Joaquim Figueira Barriga é o Presidente, Francisco Baptista ocupará a função de Vice-presidente da Mesa do Congresso e do Conselho Geral e Rui Palma

Luz a de Presidente do Conselho Fiscalizador de Contas.

Entretanto, também os Congressos fundadores de Castelo Branco, Portalegre e Évora estão marcados para Abril: o primeiro já teve lugar, no passado dia 11, e os dois últimos realizam-se no próximo fim-de-semana, nos dias 17 e 18, respectivamente.

Por este motivo, já se realizaram as eleições de delegados do SBSI em cada uma daquelas áreas, tendo sido eleitos seis delegados em Castelo Branco, cinco na Covilhã, oito em Portalegre e onze em Évora. ■

Reformados no "Convento de Alpendurada"

O Secretariado da Secção Sindical de Reformados está a organizar um passeio ao "Convento Hotel de Alpendurada", de 31 de Maio a 2 de Junho.

O programa detalhado e demais informação estão disponíveis na referida Secção Sindical e as inscrições estão abertas até 10 de Maio, presencialmente ou pelos telefones 213 216 040/1/2/4.





Parentalidade: bom para os pais melhor para os filhos



TEXTO: PAULA VISEU

Na sociedade portuguesa, o conceito do papel da mulher na família continua a ser de cuidadora e zeladora, com responsabilidade exclusiva na gestão da vida doméstica, no cuidado da casa, dos filhos e dos ascendentes

Tudo isto com reflexos na vida profissional e pessoal das mulheres. Daí a necessidade de introduzir o conceito de parentalidade no Código do Trabalho, que reforça o papel do pai na partilha de responsabilidades, que estende ao pai parte dos direitos que, até agora, eram apenas concedidos à mãe.

A licença parental inicial (antiga licença de maternidade), gozada em exclusivo pela mãe, continua a ser paga a 100%, em caso de 120 dias, e a 80%, em caso de 150 dias.

Acresce a possibilidade desse período de licença de 150 dias, nas situações em que cada um dos progenitores goze pelo menos 30 dias consecutivos, o montante diário ser igual a 100% da remuneração de referência do beneficiário. Também no caso de opção de uma licença de 180 dias, nas situações em que cada um dos progenitores goze pelo menos 30 dias seguidos ou em dois intervalos de 15 dias, igualmente consecutivos, o montante diário será igual a 83% da remuneração de referência do beneficiário.

Apesar disso, a verdade é que a realidade é bem mais conservadora do que o legislador. Daí que seja especialmente importante, por um lado, o efectivo cumprimento da lei da parentalidade e, por outro lado, a promoção da partilha de responsabilidades. A cidadania democrática só será plena quando a igualdade entre mulheres e homens for uma realidade e essa passa necessariamente por conciliar no masculino.

Dada a importância da conciliação no masculino, não podemos deixar de realçar o papel da Directiva da Licença parental – Directiva 2010/18/EU do Conselho de 8 de Março de 2010 – que corresponde no nosso ornamento jurídico à nossa licença parental complementar, na modalidade de licença parental alargada.

Na Cláusula 2.ª - Ponto 1 diz: "Por força do presente acordo, é concedido aos trabalhadores de ambos os sexos um direito individual à licença parental, pelo



nascimento ou pela adopção de um filho, para dele poderem cuidar até uma determinada idade, que poderá ir até aos oito anos, a definir pelos Estados-Membros e/ou pelos parceiros sociais".

Ponto 2 - "A licença é concedida por um período mínimo de quatro meses e, no intuito de promover a igualdade de oportunidades e tratamento entre homens e mulheres, deve, em princípio, ser concedida numa base não transferível. Para incentivar uma maior igualdade entre ambos os progenitores no gozo da licença, pelo menos um dos quatro meses não pode ser transferido. As modalidades de aplicação do período não transferível são definidas a nível nacional, mediante legislação e/ou convenções colectivas, tendo em conta as disposições existentes nos Estados-Membros, em matéria de licenças".

Alguns dos compromissos da Directiva passam mais pelo papel dos parceiros sociais na negociação colectiva

Para Portugal, será mais um aperfeiçoamento legislativo, já que tem uma das mais avançadas legislações a nível europeu. Espera-se no entanto, uma abordagem do Governo atendendo ao impacto que tem na conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal.

Apesar da legislação em vigor ainda existem empresas, que não aplicam a Lei da Parentalidade, caso do Banco BPI. Espera-se, rapidamente, uma atitude diferente para uma empresa que se quer socialmente responsável, pois trata-se de um problema de cidadania, em que os colaboradores do Banco se vêem privados. ■

Futsal

Apuramento de Lisboa está concluído

TEXTO: RUI SANTOS

A 34.ª edição do torneio nacional interbancário de futsal continua a decorrer com normalidade e a fase de apuramento de Lisboa, que envolveu 17 equipas, chegou ao fim, com a realização dos jogos da última jornada da série B

A 9.ª e última jornada da série B teve lugar no passado dia 27, com quatro equipas ainda envolvidas na luta pelo quarto lugar, o último de acesso à fase final, onde os três primeiros – Clube GBES, GD Santander Totta e Uniteam – já tinham garantido presença na ronda anterior.

A jornada começou com o Clube GBES a impor forte derrota aos Cota Team, por 7-1, e com Nuno Simões a fazer três dos golos dos "verdes".

O jogo seguinte, entre os Red Team e a CCAM TV não se disputou, por falta de

comparência destes, que foram desclassificados, pela aplicação do regulamento da prova.

Seguiu-se o encontro mais equilibrado da ronda e que opôs os Uniteam aos Magníficos, que os primeiros venceram por tangencial 4-3, depois de terem chegado ao intervalo a vencer por 3-1. Jorge Oliveira, o "capitão" dos Uniteam fez depois o golo que garantiu a vitória, de pouco tendo valido os três golos de Ruy Antunes, da equipa do BCP.

A jornada terminou com mais uma goleada, imposta pelo GD Santander Totta aos Multinhos. 12-2 foi o resultado, com cinco golos de Alexandre Caldeira e com 7-0 ao intervalo. Uma goleada que garantiu o primeiro lugar aos homens do Santander, que terminaram esta fase sem derrotas, tal como o Clube GBES, tendo-se verificado um empate entre ambos, a quatro golos.

Esta foi a classificação final da série B: 1.º GD Santander Totta, 23 pontos; 2.º Clube GBES, 23; 3.º Uniteam, 20; 4.º Red Team, 17; 5.º Multinhos, 15; 6.º Magníficos, 14; 7.º Montepio Msul, 13; 8.º Cota Team, 10.

Os oitavos-de-final realizaram-se no passado Sábado, dia 10, com os jogos: Team Foot Activobank 7 - Os Craques da Bola (Tomar), Red Team - Os Tesos (Faro), Os Girallos (Évora) - GD Santander Totta, BPI - Racing NR (Setúbal), Alentejanos (Portalegre) - Uniteam e Fapoc - Clube GBES, e a eles faremos referência no próximo número de "O Bancário", bem como aos jogos dos quartos-de-final, marcados para o próximo Sábado, dia 17, e já com a participação dos campeões dos Açores e da Madeira.

Agriteam vence apuramento dos Açores

O apuramento dos Açores decorreu no passado dia 28, em Ponta Delgada. E dele saíram vencedores os Agriteam, daquela cidade, que, na final, derrotaram os Económicos, de Angra do Heroísmo, por 1-0, com o único golo da partida a dois minutos do final, por Rui Machado.

Antes, nas meias-finais, os Agriteam bateram os Ilhéus, da Horta, por 6-1, e os Económicos venceram os Coriscos, de Ponta Delgada, por 4-2. ■

Surfcasting

João Carvalho é campeão do Sul e Ilhas

TEXTO: RUI SANTOS

A 2.ª edição do campeonato nacional interbancário de surfcasting irá terminar em 9 de Outubro, na praia da Foz do Arelho. Mas, na área do Sul e Ilhas, já se realizaram as três provas de apuramento, que garantiram a vitória de João Carvalho, do Banco de Portugal, que teve forte concorrência, sobretudo de José Manuel Sá e de Jorge Santo António, ambos do BST, que se classificaram nos lugares imediatos



A segunda prova realizou-se em 13 de Março, na Fonte do Cortiço, na zona de Santo André, e provocou grandes mexidas na classificação geral, com José Manuel Sá, do GD Santander Totta, a chegar ao primeiro lugar, seguido de Diamantino Bernardo, também do GD Santander Totta, e de João Carvalho, do Banco de

Portugal, classificando-se nos lugares imediatos Jorge Santo António, do GD Santander Totta, e Luís Vieira, do Banco de Portugal.

A última prova decorreu no passado dia 27, no Carvalhal, e viria a proporcionar a vitória final de João Carvalho, do Banco de Portugal, tendo-se classificado nos lugares imediatos:

2.º José Manuel Sá, do GDST; 3.º Jorge Santo António, também do GDST; 4.º José Duarte, do BPI; 5.º Luís Vieira, do Banco de Portugal.

O Banco de Portugal ganhou colectivamente, com 54 pontos, seguido do GDST 2, com 57, e do GDST 3, com 60. ■



Comissão Permanente aprova Relatório e Contas e autoriza Direcção a subscrever contratação



Mário Mourão anunciou que foram solicitados vários pedidos de inspecção a diversos balcões, nomeadamente do Montepio, do BPN, do Barclays e do Banco Popular

proposta para 0,7%, o que a Febase tão-pouco poderia considerar como proposta, dado que constituía, como se tornava evidente, uma atitude pouco séria.

Em contrapartida, os Sindicatos responderam que não assinariam abaixo dos valores do ano transacto, mas que estariam dispostos a caminhar para uma tabela razoável e justa.

Entretanto, a CGD remeteu uma carta ao ministro das Finanças, solicitando exclusão da orientação que impõe aumento zero às empresas de capital maioritariamente público, pelo que se aguarda resposta para o prosseguimento das negociações. Quanto ao BdP e ao IFAP, espera-se também a todo o momento que as negociações tenham início.

No entanto, e considerando que todo este contexto pode ainda encontrar-se longe de chegar ao fim, a Febase anunciou que não está excluída a possibilidade de adopção de formas de luta em crescendo, até à greve, para o que concitará, em consonância com todos os seus associados do sector bancário, o empenho e a mobilização de toda a estrutura sindical.

Por último, Mário Mourão anunciou que foram solicitados vários pedidos de inspecção a diversos balcões – designadamente do Montepio, do BPN, do Barclays e do Banco Popular – cujos resultados serão anunciados logo que a Autoridade para as Condições de Trabalho dê conhecimento ao SBN dos relatórios finais. ■

A Comissão Permanente do Conselho Geral, reunida no passado dia 30 de Março, aprovou o Relatório e as Contas da Direcção referentes ao exercício de 2009 e o parecer do Conselho Fiscalizador de Contas. Por outro lado, autorizou a Direcção a subscrever a proposta de revisão do ACT do sector bancário, bem como a proceder à negociação e à outorga das restantes convenções de que o SBN é subscritor, nos exactos termos acordados para o ACT

Foi justamente sobre a negociação colectiva que Mário Mourão iniciou a sua intervenção, denunciando o impasse existente à data do Conselho Geral. De facto, na reunião anterior com a APB, a Febase não chegou a acordo, uma vez que o patronato fez uma proposta de 0,5% de aumento salarial, considerada ofensiva pela Federação.

A situação ainda é mais insustentável quanto é certo que a Banca, como foi

abundantemente anunciado, voltou no ano passado a registar pingues lucros, pelo que a proposta obrigou a

que se ficasse muito longe de se chegar a um acordo. Posteriormente, e ainda que de forma não oficiosa, a APB subiu a

Contas de 2009 com resultado positivo

Foi aprovado em reunião da Comissão Permanente do Conselho Geral, realizada no passado dia 30 de Março, o Relatório e Contas do exercício de 2009 e o respectivo parecer do Conselho Fiscalizador de Contas

Dos documentos aprovados pela Comissão Permanente, sobressai o facto de o resultado líquido consolidado do SBN, no exercício em apreço, ter sido positivo, em 3,498 M€.

Desagregação do resultado líquido do SBN apurado no exercício de 2009

Estrutura Consolidada	3.498.015 €
Actividade Sindical	172.788 €
Regime Geral	2.374.544 €
Fundo Sindical Assistência	930.033 €
Centro Férias Quinta Pais	-68.303 €
Loja de Óptica	88.953 €

Ao nível dos proveitos, foram recebidos 32,307 M€, a título de quotizações e contribuições, valor que representa 64,17% do total dos proveitos operacionais. Comparativamente com o exercício anterior, regis-

tou-se uma diminuição de 36.821, ou seja, o equivalente a uma variação de -0,11%.

Por sua vez, o valor do débito efectuado à ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde, resultante do acordo celebrado



Evolução dos principais indicadores de rentabilidade e de liquidez

	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Liquidez Geral	1,66	1,99	2,50	2,00	2,26	2,41
Liquidez Reduzida	1,63	1,96	2,47	1,98	2,25	2,40
Liquidez Imediata	0,29	0,44	0,71	0,29	0,60	0,39
Rentabilidade Financeira (ROE)	34,86%	20,52%	22,49%	7,33%	16,85%	12,79%

Constatou-se igualmente que o SBN está a ser alavancado pelos capitais próprios, tendo a autonomia financeira crescido para os 44,78%. Existe, igualmente, uma excelente cobertura dos encargos financeiros, com os resultados líquidos a superarem amplamente este tipo de despesa.

Evolução dos principais indicadores de alavanca financeira e de risco (I)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Autonomia Financeira	33,90%	38,63%	48,41%	31,42%	41,46%	44,78%
Endividamento	66,10%	61,37%	51,59%	68,58%	58,54%	55,22%
Estrutura do endividamento	0,49	0,46	0,47	0,47	0,60	0,60
Cobertura dos Encargos Financeiros	15,71	14,52	10,48	1,88	11,62	12,00
Período de Recuperação de dívida	1,01	1,46	1,12	0,62	0,00	0,00

Em termos da estrutura do endividamento, verifica-se que este é, sobretudo, de longo prazo, o que se traduz em situações de menores constrangimentos na tesouraria da Instituição. Verificou-se igualmente que os capitais permanentes assumiram uma maior importância no financiamento do Imobilizado (em 2009 este indicador era de 3,30), o que equivale a afirmar que os investimentos continuam a ser financiados por capitais de longo prazo.

No que se refere ao rácio Activo circulante / Activo total, este foi de 79,70%, tendo sofrido um ligeiro incremento face ao verificado nos anos anteriores, em resultado do aumento da dívida da ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde.

Evolução dos principais indicadores de alavanca financeira e de risco (II)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Passivo Médio e Longo Prazo/Activo	33,82%	32,89%	27,24%	36,33%	23,63%	22,19%
Passivo Curto Prazo/Activo	32,28%	28,48%	24,35%	32,25%	34,92%	33,02%
Capitais Permanentes/Activo Total	67,72%	71,52%	75,65%	67,75%	65,08%	66,98%
Imobilizado/Activo Total	46,39%	43,41%	39,25%	35,54%	21,10%	20,30%
R.E.F.M.=Cap.Permanentes/Imobilizado	1,46	1,65	1,93	1,91	3,08	3,30
Activo Circulante/Activo Total	53,61%	56,59%	60,75%	64,46%	78,90%	79,70%

Em suma, os resultados obtidos, em termos económicos e político-sindicais, foram encarados, por parte da Direcção, de uma forma moderadamente optimista, tendo sido percepcionados como um importante instrumento para a concretização dos objectivos constantes no programa de acção deste mandato, oportunamente apresentado a sufrágio.

► com o Ministério da Saúde a 6 de Outubro de 1999, pela prestação dos cuidados de saúde aos beneficiários dos SAMS, ascendeu a 14,249 M€.

Os proveitos resultantes da prestação dos serviços clínicos (que incluem os valores provenientes da venda de senhas de consulta, de análises clínicas, de actos médicos internos e de penalizações por

falta a consulta, entre outros) cifraram-se em 1,039 M€.

No que se refere aos custos operacionais, verifica-se a predominância da despesa com a atribuição de participações, representando um peso de 72,40% no seu total, cifrando-se esta rubrica em 33,804 M€.

Face ao exercício anterior, as rubricas de participações que registaram uma

maior diminuição, em termos absolutos, foram as seguintes: consultas externas em estabelecimentos hospitalares (-439 M€), assistência hospitalar - internamentos (-954 M€) e meios auxiliares de diagnóstico efectuados em Hospitais (283 M€).

Seguindo as boas práticas contabilísticas, o SBN considera apenas em custos com o pessoal as verbas despendidas com os órgãos estatutários e com o pessoal vinculado à Instituição, através de contrato individual ou colectivo de trabalho, enquanto os honorários pagos a trabalhadores independentes são considerados como serviços externos, classificados portanto em FSEs. Ora, se considerarmos ambas as rubricas, constatamos que estas ascendem a 7,142 M€.

No decurso deste exercício, os Corpos Gerentes procuraram actuar em algumas áreas da despesa, razão pela qual, e ao nível dos fornecimentos e serviços externos, se conseguiram obter as seguintes reduções: combustíveis (-5.006), deslocações e estadas (-53.232) e publicidade e propaganda (-37.986).

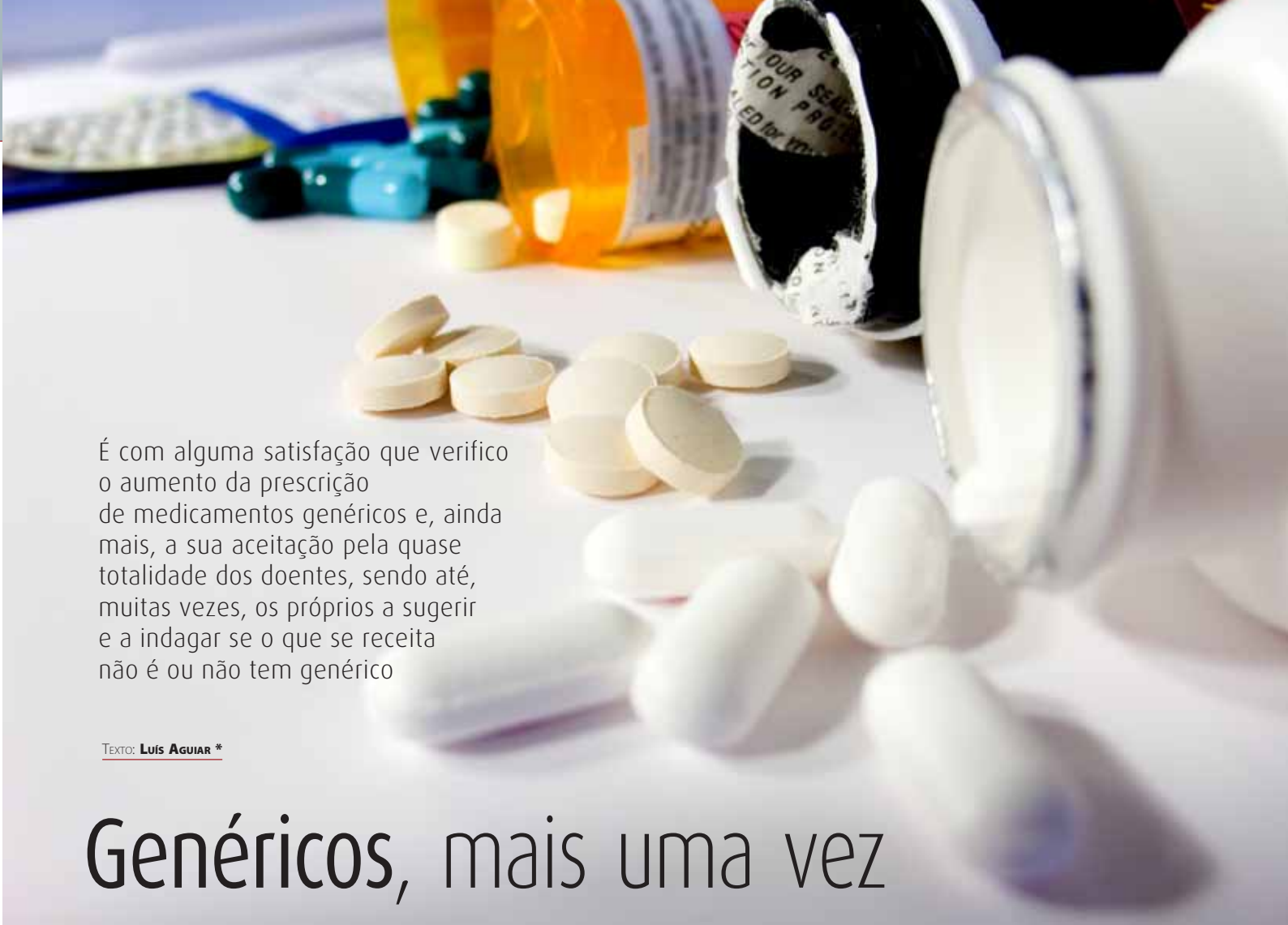
No desenrolar da apresentação das contas deste exercício, a Direcção aproveitou igualmente para salientar o bom desempenho económico-financeiro obtido na área dos SAMS, com o Regime Geral a alcançar um resultado líquido de 2,375 M€ e o Fundo Sindical de Assistência cerca de 930 M€.

Assim, e no que se refere aos SAMS, a Direcção destacou o facto de terem sido prestados internamente (nos vários Postos Clínicos) 195.733 actos, referentes a 80.188 consultas, 42.626 exames (M.A.D.), 1.465 pequenas cirurgias, 43.185 tratamentos e 3.994 próteses dentárias.

No que se refere à Loja de Óptica, há a destacar o volume de negócios alcançado, na ordem dos 911 mil euros, montante que supera os valores registados nos últimos exercícios. A política de alargamento da prestação deste serviço aos Postos Clínicos dos SAMS com maior dimensão, tem contribuído para esta tendência, assumindo especial destaque o Posto avançado de vendas de Aveiro, que atingiu um volume acumulado de vendas de 42 mil euros.

A Direcção realçou igualmente a manutenção do razoável nível de rentabilidade, liquidez, alavanca financeira e risco do SBN.

De facto, o rácio de liquidez geral foi de 2,41, revelando a existência de uma elevada capacidade para honrar os compromissos de curto prazo do SBN. Por sua vez, a rentabilidade dos capitais próprios foi de 12,79%, valor ainda assim inferior ao obtido no período 2004-2006, que se situava no intervalo dos 20-35%. ■



É com alguma satisfação que verifico o aumento da prescrição de medicamentos genéricos e, ainda mais, a sua aceitação pela quase totalidade dos doentes, sendo até, muitas vezes, os próprios a sugerir e a indagar se o que se receita não é ou não tem genérico

Texto: **Luís Aguiar ***

Genéricos, mais uma vez

Vê-se, portanto, que cada vez mais há inteira confiança nos genéricos, quer por parte dos médicos quer dos doentes, porque, sem dúvida que a sua qualidade está garantida.

O que se pode questionar é quem garante a qualidade dos genéricos.

Em cada país existem responsáveis pela aprovação dos medicamentos (genérico ou não) e, no caso de Portugal, essa responsabilidade é da denominada Comissão de Avaliação do Medicamento.

Mas, o que é um medicamento genérico?

Como devem calcular, os laboratórios de produtos farmacêuticos – nem todos, mas um número significativo – desenvolvem uma investigação científica contínua, na procura de novas moléculas com aplicação terapêutica nas mais variadas situações patológicas.

Essa investigação demora anos, os ensaios clínicos também e muitas vezes o novo produto sintetizado não tem aplicação clínica ou não é aprovado pelos organismos que superintendem a política do medicamento e que são – e nem podia ser de outra maneira – extremamente rigorosos na sua apreciação.

Tudo isto, para concluir que a investigação fica muitíssimo cara, pois, para além do tempo gasto, envolve um conjunto de meios humanos e técnicos de alta qualidade e sofisticação.

Logo à partida, para além do preço do novo produto, que se supõe ser alto, tem de haver uma defesa para o laboratório, que se traduz numa exclusividade de comercialização durante determinado período de tempo.

Só após esse tempo é que os laboratórios que se mostrem interessados poderão comercializar o novo produto, que sairá muito mais barato, pois estes laboratórios não terão de suportar o peso do custo elevadíssimo da pesquisa científica, além de outros.

Surge, assim, o medicamento genérico.

Este é, em resumo, absolutamente similar ao produzido de marca inicial, produzido a partir da mesma substância química e cuja patente expirou.

A aprovação de qualquer medicamento é, como devem calcular, um processo muito complexo, pois tem de garantir a defesa da saúde das populações.

Cada medicamento tem de possuir um conjunto de documentação demonstrando a sua qualidade, segurança e eficácia. Claro que no caso dos medicamentos genéricos, toda essa documen-

tação é mais simplificada, visto já ter sido obrigatória para o medicamento inicial, mantendo-se toda a exigência no que se refere à qualidade.

Esta, em termos científicos, passa pelo estudo de vários parâmetros, que condicionam as chamadas biodisponibilidades e bioequivalências da substância activa, conceitos estes que me dispense de definir, por demasiado técnicos e para além do âmbito deste artigo, mas que servem para acentuar que a qualidade dos medicamentos genéricos, é, assim, garantida.

A prescrição é feita pela designação comum internacional que, quanto a mim, corresponde a uma forma mais correcta de prescrever os medicamentos, não se tendo, assim, de saber uma quantidade infundável de nomes comerciais, bastando conhecer, isso sim, a molécula química activa.

Desta maneira e afastados os receios que a prescrição destes medicamentos fosse causar nos doentes, resta-me salientar o principal benefício que ela pode trazer: obrigar ao abaixamento dos preços, sobretudo se, como é no caso de Portugal, estiveram inseridos num sistema de preços de referência. ■

*Médico



SBN promove campanha de apoio a crianças em S. Tomé e Príncipe

O SBN, em colaboração com a Caritas de S. Tomé, está a promover uma campanha para angariação de toda a espécie de bens, objectos e fundos susceptíveis de ajudar as crianças de S. Tomé que vivem no limiar de subsistência.

Com o objectivo de estabelecer os contornos dessa campanha, esteve no SBN uma delegação da Caritas, composta pelo Padre Domingos e por Cristina Frazão, que apresentou a obra "Casa dos Pequenininhos", que tem como objectivo acolher crianças em situação de risco, privadas de meio familiar nor-

mal: órfãs, abandonadas ou provenientes de famílias com grandes carências e desestruturadas, que não dispõem de meios susceptíveis de favorecer um meio familiar equilibrado e com quem os nossos associados poderão participar a partir de agora.

Para o efeito, poderão entregar toda a espécie de material escolar – designadamente canetas, esferográficas e lápis – livros em língua portuguesa, alimentos não perecíveis, medicamentos, vestuário, calçado, etc., na sede do SBN, na Rua Cândido dos Reis, 130-1.º,

nos SAMS (Rua de S. Brás, 444) ou nas delegações do Sindicato.

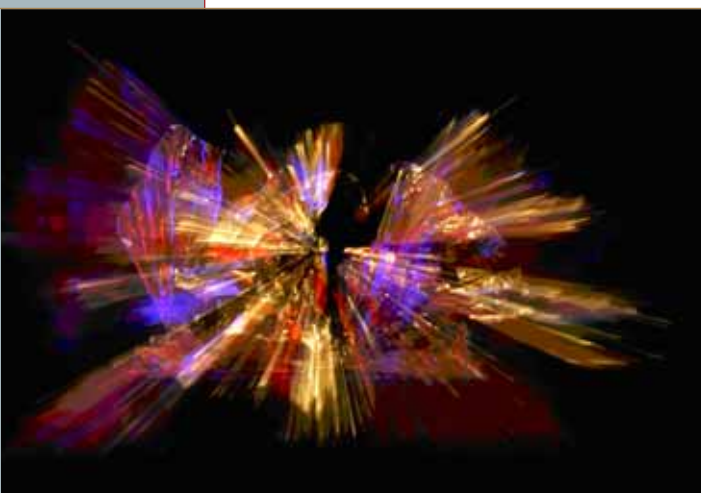
Por outro lado, e especificamente para o efeito, a Caritas de S. Tomé abriu, no Millennium BCP, a conta "Casa dos Pequenininhos de S. Tomé", com o NIB 0033 0000 4539 3269 645 05, onde poderão ser depositados donativos em dinheiro.

Para além da "Casa dos Pequenininhos", a Caritas dispõe também de um centro de atendimento a famílias carenciadas, onde é efectuada distribuição de bens alimentares e de vestuário provenientes dos donativos que recebe. ■

Exposição fotográfica "Imagens e um tema"

A Direcção do Sindicato dos Bancários do Norte, em colaboração com o Núcleo de Fotografia, realiza mensalmente na Galeria da Rua Conde de Vizela, 145, uma exposição que intitula "Imagens e um tema", e que tem, em cada mês, a autoria de um dos componentes do núcleo.

A exposição de Maio, de autoria de José Godinho, é subordinada ao tema "Luz e Cor" e pode ser visitada de 5 de Maio a 2 de Junho, todas as Quartas e Quintas-feiras, das 15 às 17,30 horas.



Ainda as comemorações dos 75 anos

TEXTO: LUÍS ARDÉRIUS

Na cidade de Leiria, onde o Conselho Geral de 25 de Fevereiro foi o mote para o início das comemorações dos 75 anos do SBC, houve uma grande adesão dos associados, quer nas visitas à exposição "O 25 de Abril e a liberdade sindical", patente no salão de turismo daquela cidade, quer no almoço de encerramento das celebrações no distrito



Exposição "O 25 de Abril e a liberdade sindical"

A exposição, mostra iconográfica do encontro com a liberdade, mereceu o elogio de colegas, gente anónima e entidades oficiais, que manifestaram ao nosso Sindicato o seu aplauso, salientando a importância temática e a utilidade de estimular a sua reflexão junto das pessoas mais novas, acrescentando, no actual contexto, de crise financeira e de valores, um profundo significado político, social e económico.

Durante o almoço/convívio, almoço bem servido e convívio muito agradável, que teve lugar na Quinta do Paul, na Ortigosa, e enquanto o mesmo decorria ao som dos "2 Vikings", de Coimbra,



Carlos Silva com os colegas que mais se evidenciaram nos torneios inter-bancários

passavam imagens de acontecimentos referentes à actividade do Sindicato e ao 25 de Abril.

Ao longo do almoço foram entregues lembranças, acompanhadas pelo cravo

que simboliza o espírito de liberdade e solidariedade daquele acontecimento.

Depois de umas breves palavras, de saudação e circunstância, do Presidente da Comissão das Comemorações, Mário Figueira, o Presidente da Direcção, Carlos Silva, congratulou-se com a adesão dos associados a esta efeméride, sublinhando os valores defendidos pelo Sindicato, prestou um tributo ao 25 de Abril e as portas que ele abriu, e aproveitou para homenagear os colegas que mais se destacaram, em representação do SBC, nos torneios interbancários, promovidos conjuntamente com o SBN e SBSI, Daniel Silva, bicampeão nacional de xadrez, Olga Alfaiate e Filipe Rebelo, campeões individuais e de pares em ténis, e Paulo Araújo, terceiro classificado nesta modalidade, e alguns colaboradores mais próximos.

O convívio terminou com um concerto pela Orquestra Ligeira Obidense, que o iniciou e finalizou tocando a marcha militar do 25 de Abril, "A life on the ocean wave", de Henry Russell. ■





TEXTO: RICARDO POCINHO

UGT-Coimbra promove seminário "Mais saúde, melhor trabalho"

milhões de dias de trabalho perdidos. Solução? "A higiene laboral é importante, tanto que bons ambientes de trabalho são bons para si e para o seu negócio", descreve António Jorge Ferreira, que logo a seguir justifica a necessidade de mais investimento nesta área porque "um país com menor sinistralidade laboral terá mais produtividade". O especialista diz ainda que "num país de precariedade ao dia" os riscos de acidente são cada vez mais elevados.

"A psicologia é importante, quando se fala em saúde e em trabalho", pelo que, para os responsáveis da Faculdade, estes desafios não lhes passam ao lado. O Presidente da UGT-Coimbra, Carlos Silva, afirma a vontade de "colaboração estreita com a Faculdade".

Este evento revela as preocupações que a UGT e a UGT-Coimbra têm na valorização dos recursos humanos, que serão, sem dúvida, um dos grandes desafios da sociedade portuguesa, a médio e longo prazo. A criação de empregos de qualidade deverá condicionar a definição de qualquer estratégia de desenvolvimento para



Carlos Silva com o Professor Doutor Eduardo Santos

o País, onde o trabalho se pretende digno, livre de quaisquer pressões e opressões, haja segurança de emprego, condições humanas de higiene e segurança nos locais de trabalho e respeito pelos direitos dos trabalhadores.

Esta é a primeira de um conjunto de iniciativas para dinamizar os sindicatos filiados e, sobretudo, contribuir para a resolução de problemas que afectam os trabalhadores e dotar quem ingressa no mercado de trabalho de instrumentos capazes de os conseguir enfrentar. ■

Console o espírito, melhore o saber e ...Vá à fava connosco!

TEXTO: A. CASTELO BRANCO



Numa iniciativa conjunta do Sindicato dos Bancários do Centro, da LATA - Liga dos Amigos das Tabernas Antigas e do MAC - Movimento Artístico de Coimbra, vai decorrer, no dia 8 de Maio, uma jornada cultural na região Gandaresa do concelho de Cantanhede, com início pelas 9,30 horas nos Covões.

Será ali visitada a igreja local, possuidora de obras de artistas de Coimbra, nomeadamente de João de Ruão, a que se seguirá um encontro e breve convívio com escritores da Gândara, na Quinta de Santo António. A temática andarà em torno da Casa Gandaresa, dos materiais tradicionais utilizados na sua construção, com referência aos madeiramentos, feita de adobes e argamasas, inseridos nas várias tipologias.

Será aflorada a necessidade urgente da sua preservação, bem como a reco-

lha dos utensílios que fazem parte deste mundo rural em extinção e que, no decurso da visita àquele espaço, ainda podem ser observados.

Pelas 13 horas será tempo de entrar nos aromas e sabores da Gândara, e, para isso, nada melhor do que um almoço de favas com molho de carne, à moda da Gândara, acompanhadas de alface à juliana, broa, vinhos tinto e branco, arroz doce, aletria, bolo do folar, café e bagaceira. Este tipo de gastronomia tradicional teve por detrás uma recolha de cariz etnográfico, baseada na reconstituição do ciclo da fava, que contou com o patrocínio da Câmara de Cantanhede.

Assim sendo aqui fica o convite: vá à fava connosco, não esquecendo que quanto a favas, Maio as deu, Maio as levou. ■

Êxito nas acções de formação

TEXTO: ISABEL ROCHA

As acções de formação têm sido um êxito, pois além das aprendizagens, são de realçar os momentos de convívio e de confraternização que proporcionam, tanto mais que a Direcção do Sindicato propicia, no fim de cada curso, um agradável repasto, que todos os associados têm enaltecido



Rodrigo Dias Fernandes - "Correu bem, foi um trabalho que me ajudou e me veio valorizar, para que amanhã possa ter algum proveito. O formador é um "senhor muito grande", sempre pronto a ajudar e a atender".



Maria Antónia Viegas Monteiro Dias - "Gostei muito do curso e do formador, vinha do zero e algumas coisas passaram-me ao lado, queria mais horas".



José Manuel Duarte Sampaio - "O curso foi interessante, embora para mim tenha sido demasiado minucioso, pois já conhecia grande parte da matéria, mas aprendi aquilo que queria aprender".

Estão abertas as inscrições para os seguintes cursos:

- Língua inglesa - relações laborais (aprofundamento) Chão da Parada - Caldas da Rainha, de 7 de Maio a 2 de Julho (activos).

- Sistema de normalização contabilística - Coimbra, de 6 de Maio a 2 de Junho (activos).

- Word - nível I (prático) - Coimbra, de 12 de Abril a 5 de Maio (reformados). ■

Visita ao Mosteiro de Santa Clara-a-Velha

TEXTO: SEQUEIRA MENDES

No dia 25 de Março, a Comissão de Reformados do Sindicato dos Bancários do Centro levou a efeito uma visita ao Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, monumento que encerra um património histórico de quase oito séculos. Cerca de cinquenta colegas iniciaram a visita observando a projecção de um vídeo, intitulado "Mosteiro de Santa Clara de Coimbra, vida e morte" através do qual foi dada a conhecer a sua origem. Ela terá ocorrido cerca do ano 1286, pela mão de Dona Mor Dias, uma abastada senhora que tinha como objectivo fundar uma casa religiosa, ligada à Ordem de Santa Clara e, mais tarde, se terá envolvido em litígio com os monges Crúzi-os (do Mosteiro de Santa Cruz), o que conduziu à extinção da sua comunidade. No local da anterior edificação surge, por volta do ano 1316, a construção do actual mosteiro, cuja iniciativa se deve à Rainha Santa Isabel, onde viriam a ser albergadas as monjas Clarissas. Também nos foi dado observar que este mosteiro cedo começou a ser afectado pelas inundações do rio Mondego e que viria a ser abandonado definitivamente em 1677. As freiras mudam-se, então, para um novo edifício, construído num lugar mais elevado, denomina-

do Santa Clara-a-Nova. Seguiu-se uma visita ao património que constitui um curioso exemplar da experimentação portuguesa do gótico. Iniciado pelo Mestre Domingos Domingues, foi concluído pela mão do Mestre Estêvão Domingues. Este monumento é classificado como de transição para o gótico que, ao contrário da construção humilde e empírica do românico, abre portas a um espaço público de ensinamento da história bíblica, de grandiosidade, símbolo da glória de Deus e da Igreja e do poder económico da burguesia.

É constituído por três naves de sete tramos, sem transepto, e cabeceira com três capelas. A sua iluminação faz-se por frestas laterais de grande altura. Nele podemos encontrar alguns restos de azulejos hispano-árabes dos séculos XIV a XVI.

Iniciado em fins de 1991 um amplo e ambicioso projecto de recuperação, reabriu ao público em 2009, com um Centro Interpretativo, que acolhe a "história do sítio", englobando uma visita às ruínas, a exposição do espólio arqueológico conventual e exibição de filmes e modelação virtual.

Finda a visita foi notória a satisfação de todos os colegas, que logo ali nos incenti-



varam à promoção de idênticas actividades de índole cultural, tendo a Comissão de Reformados entendido este incentivo como um desejo dos associados em que se fomentem mais este tipo de iniciativas.

A CICR tem programada uma visita ao Museu Machado de Castro, que será concretizada assim que as obras, que ali decorrem, estejam concluídas, bem como um passeio cultural à zona raiana dos castelos, no distrito da Guarda, actividades que, assim que devidamente estruturadas, serão objecto de comunicado aos colegas. ■

O TEU FUTURO COMEÇA AQUI! APROVEITA-O.



CURSOS PROFISSIONAIS SUBSIDIADOS COM ELEVADA EMPREGABILIDADE

OPERADOR INFORMÁTICO - EQUIV. 9º ANO *

SECRETARIADO - EQUIV. 12º ANO

INFORMÁTICA DE GESTÃO - EQUIV. 12º ANO *

GESTÃO - EQUIV. 12º ANO *

HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO*
-EQUIV. 12º ANO

BIBLIOTECA, ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO
-EQUIV. 12º ANO *

CONTABILIDADE - EQUIV. 12º ANO

ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS - EQUIV. 12º ANO *

SERVIÇOS JURÍDICOS - EQUIV. 12º ANO *

VENDAS - EQUIV. 12º ANO *

AUDIOVISUAIS - EQUIV. 12º ANO *

BANCA SEGUROS - NÍVEL VI

BANCA SEGUROS - EQUIV. 12º ANO

MARKETING - EQUIV. 12º ANO

* Aguarda aprovação

Informa-te dos nossos cursos em:

WWW.INETESE.PT

LINHA GRÁTIS : 800 200 808



INETESE

ASSOCIAÇÃO PARA O ENSINO E FORMAÇÃO